



Subsecretaria de Administração
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXX — Nº 58

QUINTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 1975

BRÁSILIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 61ª SESSÃO, EM 4 DE JUNHO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação

Do Sr. Senador Milton Cabral, que se ausentará do País.

1.2.2 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 91/75, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo único ao art. 394 da Consolidação das Leis do Trabalho.

1.2.3 — Requerimento

Nº 222/75, subscrito pelo Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 110/74, de sua autoria, que destina à Fundação Nacional do Índio subvenções não recebidas pelas instituições beneficiárias.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR CATTETE PINHEIRO — Inclusão, como prioritária, no Plano Decenal de Siderurgia, para o período de 1976/1985, da construção de uma usina siderúrgica junto às jazidas de ferro da Serra dos Carajás, no Pará.

SENADOR ORESTES QUERCIA — Medidas do Secretário de Educação do Estado de São Paulo no plano educacional de nível pré-escolar.

1.2.5 — Comunicações da Liderança da ARENA no Senado Federal

Substituição de membros na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 5/75-CN.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 141/75, do Sr. Senador Itálio Coelho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 141/73, de sua autoria, que dispõe sobre a extensão do salário-família ao trabalhador rural. **Aprovado.**

— Requerimento nº 142/75, do Sr. Senador Itálio Coelho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 133/74, de sua autoria, que altera a Lei nº 5.630, de 2 de dezembro de 1970, que estabelece normas para a criação de órgão de primeira instância na Justiça do Trabalho. **Aprovado.**

— Requerimento nº 143/75, do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 69/72, de sua autoria, que revoga a Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, que instituiu o sistema de sublegenda partidária. **Aprovado.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 171/74 (nº 1.679-B/73, na Casa de origem), que declara Antônio Carlos Gomes Patrono da Música no Brasil. **Discussão adiada** para a sessão de 27 de junho de 1975, nos termos do Requerimento nº 223/75, tendo falado no encaminhamento de sua votação os Srs. Senadores Franco Montoro, Virgílio Távora, Orestes Quêrcia e Nelson Carneiro.

— Projeto de Lei do Senado nº 58/74, de autoria do Sr. Senador Ruy Carneiro, que institui o auxílio-educação, e dá outras providências. **Rejeitado.** Ao Arquivo.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR FRANCO MONTORO — Notícia publicada em órgãos da Imprensa sobre concessão de bolsas de estudo pela ARENA.

SENADOR EURICO REZENDE — Considerações a título do discurso de seu antecessor na tribuna.

SENADOR FAUSTO CASTELO-BRANCO — 75º aniversário de fundação do Instituto Oswaldo Cruz.

SENADOR ROBERTO SATURNINO — Observações sobre o caráter secreto que na opinião de S. Exª estaria ocorrendo nos trabalhos do Seminário promovido pela "Business International" dedicado à análise do problema de transferência de **know-how** e obtenção de registro de marcas e patentes, em realização nesta capital.

SENADOR ARNON DE MELLO — 15º aniversário de fundação de Brasília.

SENADOR BENJAMIM FARAH — 47º aniversário do **Lux Jornal**.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Lançamento, nesta Capital, do jornal **O Correio do Planalto**. Fundação dos jornais **O Estado de Tocantins** e **Voz de Collinas**, no Estado de Goiás.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Correspondência reivindicatória recebida do Vereador Jomar Pereira Dias, em favor da cidade de Santa Maria Madalena—RJ.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Realização de reunião intersindical da classe dos aeroviários, para elaboração de trabalho que será entregue aos empregadores, contendo reivindicações de interesse desta categoria profissional.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 59ª Sessão, realizada em 2-6-75.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**Via Superfície:**

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

3 — SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

— Relatório correspondente ao mês de maio de 1975.

4 — ATAS DAS COMISSÕES**5 — MESA DIRETORA****6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

ATA DA 61ª SESSÃO, EM 4 DE JUNHO DE 1975
1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Altevir Leal — José Guimard — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Accioly Filho — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há Expediente a ser lido.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 5-6 a 3-7-1975, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 36, § 2º, da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, comparecer, como Observador Par-

lamentar, à 60ª (sexagésima) Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra, de 4 a 26 de junho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975. — **Milton Cabral.**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência fica ciente.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 1975**Acrescenta parágrafo único ao art. 394 da CLT.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao artigo 394 da Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho:

Art. 394.

.....

.....

Parágrafo único. A partir do 6º mês de gestação, a jornada de trabalho a que alude o artigo 373, será reduzida para 6 (seis) horas”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Existem, em todos os sistemas jurídicos do mundo, normas especiais de tutela do trabalho feminino, ditadas pela maior fragilidade

e, sobretudo, pela necessidade de maior amparo à sua missão como perpetuadora da espécie.

Segundo publicação oficial da Organização Internacional do Trabalho,

"A diferenciação física que separa o homem da mulher tem suas repercussões na esfera do trabalho. Menos resistente, em geral, ao esforço físico, mais vulnerável em todo caso, com respeito aos órgãos que a diferenciam de seu companheiro de trabalho, a mulher que se dedica a um serviço manual tropeça nele em perigos particulares e perigos capazes não somente de redundar em prejuízo seu, senão também no daqueles seres a quem transmite a vida. Sua situação social é, ademais, muito diferente. Costumes tradicionais a erigiram em dirigente da vida familiar; a sua tarefa profissional vem somar-se às múltiplas tarefas domésticas que lhe incumbem: cuidados caseiros, cuidado dos filhos, conservação da roupa branca e de vestir dos membros da família, etc. Essas circunstâncias dão como resultado que a operária contraia uma fadiga nervosa, ruínosa para sua saúde, se não se adotarem a esse respeito medidas de proteção social."

O legislador brasileiro, a par de garantir, à mulher, igualdade salarial com o homem, entendeu que nem toda atividade lhe é adequada, tanto que estabeleceu, como regra geral, a proibição do trabalho feminino em horário noturno, e em condições de insalubridade e periculosidade.

Além do mais, dispensou especial proteção à maternidade ao estatuir que o matrimônio e a gravidez não constituem justa causa para a despedida da mulher (art. 391, CLT); ao proibir o trabalho feminino no período de 4 (quatro) semanas antes e 08 (oito) semanas depois do parto, sem prejuízo do salário (art. 392, CLT); ao permitir, em determinados casos, a dilatação do período de afastamento remunerado para o parto (art. 392, § 2º, CLT); ao facultar à mulher grávida, a mudança provisória de função (art. 392, § 4º, CLT); ao garantir a rescisão do contrato de trabalho da mulher, se prejudicial à gestação (art. 394, CLT); ao assegurar à mulher repouso remunerado de 2 (duas) semanas, em caso de aborto não criminoso (art. 395, CLT); ao dispor que a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade; e, ao incluir o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social (Lei 6.136, de 7 de novembro de 1974).

Estas disposições trabalhistas são, fora de dúvida, extremamente relevantes, mas, necessitam ser complementadas com outras, como a ora proposta, que preservem a integridade física da mulher, das nefastas consequências que lhe podem advir do desempenho do seu trabalho, notadamente quando em adiantado estado de gestação.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO de 1943
(Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho)

Art. 373. A duração normal de trabalho da mulher será de oito horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

Art. 394. Mediante atestado médico, a mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O projeto de lei que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura de requerimento encaminhado à Mesa.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 222, DE 1975

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1974, de minha autoria, "que destina à Fundação Nacional do Índio subvenções não recebidas pelas instituições beneficiárias".

Sala das Sessões, 4 de junho de 1975. — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O requerimento será publicado e incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 279, II, c, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Há oradores inscritos para o período do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cattete Pinheiro, primeiro orador inscrito.

O SR. CATTETE PINHEIRO (Pará) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Entendemos da maior conveniência que o Plano Decenal de Siderurgia, para o período 1976/1985, em fase de elaboração no Conselho Nacional de Não-ferrosos e de Siderurgia — CONSIDER —, inclua, como prioritária, a construção de uma usina siderúrgica junto às grandes jazidas de ferro da Serra dos Carajás, no Pará.

O empreendimento se impõe (1º) porque servirá de suporte para o desenvolvimento econômico da Amazônia, objetivo de tantos planos não executados ou mal definidos e que, por isso mesmo, continua sendo colossal desafio aos brasileiros; (2º) pela facilidade de suprimento das matérias-primas essenciais à composição do aço, as quais existem, em abundância, na região; (3º) pelo transporte fluvial, fator que não pode ser ignorado, quando o complexo minero-siderúrgico de Carajás poderá ser atendido pela Hidrovia do Tocantins, já constante do Plano Nacional de Viação e que deve ser urgentemente trabalhada.

De início, é bom deixar claro que os paraenses não combatem, nem poderiam combater, projetos de qualquer natureza, elaborados ou executados por quem quer que seja. Conscientes sim de que as riquezas do seu Estado devem ser exploradas em benefício da economia nacional, por empreendimentos com sede no seu território, dos quais participem o Governo do Pará, empresários do Pará e da região amazônica, o pressuposto é tornar o aproveitamento do imenso potencial do setentrão brasileiro como princípio e fim de uma atividade que possa coroar de êxito o esforço da gente daquela área. Esta seria uma primeira grande realidade negando a tudo que tem servido para ilustrar literatura nem sempre exata nos conceitos, mas constantemente desagradável no conteúdo, pelo registro de fracassos acumulados e de iniciativas mal sucedidas.

Transformar a Amazônia em permanente fornecedora de matérias-primas é premissa que conflita com os interesses regionais, precisamente porque indica o prosseguimento de uma situação em que prevalece a cobiça sobre as riquezas amazônicas, não poucos pretendendo delas se apossar.

A localização de uma siderúrgica, tecnicamente não pode ser feita para atender a projetos precipitados ou servir a caprichos cobiçosos. Deve, sim, preencher requisitos especiais e desdobrar-se em etapas distintas e sucessivas, tais como: 1 — a macrolocalização; 2 — a microlocalização; 3 — o projeto das instalações; 4 — o arranjo físico dos equipamentos; 5 — o arranjo físico dos locais de trabalho. Este passo não pode ser dado, antes que o anterior comprove a possibilidade de inequívocos e compensadores resultados, desde os estudos preliminares.

Dessa forma, por macrolocalização se entende a indicação da região ou área em que a siderúrgica deve ser implantada. E tal indicação obedece a critérios; só pode ser feita depois da comprovação da existência de matérias-primas, de energia elétrica, de combustíveis, de fácil meio de transporte, etc.

Atendidas as exigências da macro, vem a microlocalização, isto é, a escolha do local para a instalação da indústria siderúrgica.

Para ficar apenas nesses dois aspectos da questão — o que evitará detalhes técnicos tais como “orçamentos comparados” e “teoria locacional” — convém recolher a opinião de economistas de conceito internacional, para os quais o empreendimento siderúrgico não pode ser tentado sem a observância dos critérios básicos de localização industrial, tais como os seguintes:

a) possibilidade de obtenção, a baixo custo, do minério, do combustível redutor e dos fundentes, o que é fator eliminatório na seleção de local;

b) custos de transporte das matérias-primas até a usina e dos produtos acabados até os mercados consumidores;

c) presença, no lugar, de insumos não aproveitáveis economicamente, em outras regiões, e que tornam particularmente vantajosa a adoção de tecnologias especiais de produção siderúrgica;

d) abundância, nas proximidades do local, de insumos essenciais, como água para refrigeração. A disponibilidade de água constitui também condição eliminatória para a seleção do local de implantação de uma usina siderúrgica integrada, mormente quando trabalhando para redução com alto forno;

e) condições geológicas e topográficas favoráveis à construção da usina;

f) facilidade de acesso às matérias-primas e de escoamento dos produtos acabados.

Todos quantos especializados em siderurgia advertem que “quando se trata de comparar as várias regiões do País, sob o aspecto da vantagem de localização de usinas siderúrgicas, os fatores mais importantes a examinar são obviamente os custos de transporte das matérias-primas e dos produtos acabados”.

Ora, como indústria que se caracteriza pela necessidade de utilização de grandes quantidades de matérias-primas, a indústria siderúrgica é extremamente competitiva. Daí a premissa de que “ela só pode ser praticada, nos dias de hoje, em grande escala, pois as condições de competição mundial obrigam a produção de matérias de qualidade comprovada, a baixos preços de custo”. Com a experiência que tem, no ramo da siderurgia brasileira, o Engenheiro Mário Leão, na qualidade de Diretor-Presidente da Cia Siderúrgica Paulista — COSIPA — mostrou, em 1970, que:

“A produção de uma tonelada de produto manufaturado, para uma usina de coque, exige, em média, as seguintes quantidades de matérias-primas:

Matéria-prima	Toneladas métricas	%
Minério de ferro	1,752	47,47
Carvão nacional	0,398	10,78
Carvão estrangeiro	0,929	25,15
Calcário	0,447	12,11
Diversos	0,164	4,49
Total	3,690	100,00

Além disso, convém lembrar serem necessárias, para a produção de uma tonelada de ferro gusa, cerca de 150 a 200m³ de água e de 3.200 m³ de ar atmosférico, recursos naturais livres, cuja obtenção exige o emprego de bombas e de sopradores de ar.”

Como se vê, a implantação de uma siderurgia está longe de servir a simples manifestações de vontades ou pressões. É problema altamente técnico e que requer maciços investimentos, além de se tornar fator da mobilização de grandes volumes de matérias-primas, que embora produtos de fácil transporte, obrigam a estudos demorados sobre os meios adequados para deslocá-los, “em virtude das quantidades fora do comum em tal indústria”.

Ninguém pode negar, por isso mesmo, que uma usina siderúrgica deve ficar próxima às fontes de matérias-primas. Quanto aos fretes, embora sejam estabelecidos pelo Governo ou por contratos especiais, devem ser levados em conta, principalmente se houver investimentos para construção de estradas.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) — V. Ex^a me permitiria um aparte, nobre Senador?

O SR. CATTETE PINHEIRO (Pará) — Pois não, Excelência.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) — Escutando V. Ex^a com a maior atenção, quando aborda o problema siderúrgico, sobretudo a siderurgia dos não-planos, assunto de suma importância para o País, quero, neste aparte, cumprimentar o nobre colega por esse pronunciamento e lembrar também o caso do meu Estado, cuja vocação siderúrgica é inegável. V. Ex^a acaba de lembrar a importância da presença da matéria-prima perto dessas siderúrgicas e, permitindo V. Ex^a, quero reforçar nesse seu pronunciamento um apelo também ao Governo Federal: há projeto de uma siderúrgica de não-planos na minha cidade de Juiz de Fora, projeto esse de uma empresa privada, a Construtora Mendes Júnior. Aproveitando a palavra lúcida e inteligente de V. Ex^a, quero realçar, mais uma vez, aqui, a vocação siderúrgica das Minas Gerais. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CATTETE PINHEIRO (Pará) — Voltado ao apelo de V. Ex^a e ao mais alto interesse nacional, é com a maior honra que incorporo ao meu discurso o aparte de V. Ex^a.

Por outro lado, além do minério e do combustível redutor, que pode ser o carvão mineral ou o carvão de madeira, ou fonte de calor provinda da energia elétrica, a siderurgia exige ainda os fundentes, dos quais o mais usual é o calcário.

Estão na Amazônia as grandes reservas de minérios que entram na composição do aço e utilizáveis para o êxito da siderúrgica próxima à Serra dos Carajás. Além do ferro, as minas de manganês surgem em várias partes. As regiões de Monte-Alegre e Itaituba têm calcário; em São Félix e em Atalaia do Norte há muito carvão mineral. Água, por toda parte. Tais matérias-primas, portanto, poderão ser manufaturadas, a baixo custo, junto às fontes de extração, sem os problemas do transporte a longas distâncias, em operações de carga e descarga que, juntadas aos fretes, somente provocam o encarecimento do produto acabado, reduzindo as possibilidades de competir no mercado.

A siderúrgica dos Carajás pode ser atendida pelo transporte fluvial e marítimo. A ferrovia com a qual se pretende atingir as jazidas tão cobiçadas por gregos e troianos, pode ser utilizada no transporte de produtos acabados e de gêneros produzidos na área por onde passa. Ela terá enorme função social e econômica a desempenhar. Talvez muito mais benéfica ao País, do que retirar o ferro da Serra dos Carajás para conduzi-lo a distâncias que o simples bom senso econômico desaconselha.

Entendo, Sr. Presidente, que a implantação da siderúrgica próximo à Serra dos Carajás é indiscutivelmente o princípio da recuperação da Amazônia, secularmente sonhada por todos nós. E por esse empreendimento venho clamar desta tribuna, pedindo, para estas considerações iniciais, a atenção do eminente Senhor Presidente Ernesto Geisel e do Governo da República. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nos últimos anos, criou-se uma verdadeira mística em torno do crescimento econômico do Brasil, onde a simples menção do crescimento anual do produto interno bruto era justificativa e argumento básico para legitimar um modelo econômico e político, concentrador de renda e excludente.

No plano social e político, insistia-se em que o sistema preservava pelo menos parcela ponderável de democracia e igualdade, na medida em que mesmo o cidadão situado no último degrau da escala social poderia ascender aos mais altos postos, desde que se habilitasse para tanto, percorrendo todas as instâncias do sistema educacional. É o que os sociólogos chamam de mobilidade vertical, na sociedade.

Agora, os próprios diagnósticos oficiais em diversos setores colocam em evidência os resultados duvidosos do "milagre", e demonstram com meridiana clareza que o ufanismo desenvolvimentista das decantadas altas taxas de crescimento do PIB não corresponderam a uma real melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, no caso específico da educação, constatamos que ainda convivemos com doze milhões de analfabetos com idade superior a 15 anos e que, para cada mil brasileiros que ingressam na primeira série do 1º grau, a perspectiva é de que apenas 300 atinjam a quarta série.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Talvez eu possa prestar um benefício a V. Exª,...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — O que eu agradecerá imensamente.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — ... visando a que o eminente colega concilie seu discurso com o Manifesto de Rio Verde, recém-editado pela nobre Oposição, em Goiás. Aliás, em termos de literatura, trata-se — não estou dizendo com ironia — de um dos mais belos documentos que a minha geração leu. Esplendidamente redigido — e volto a dizer que não estou ironizando — embora discorde de alguns ângulos desse manifesto, força é convir que estamos em presença de um documento, formalmente, de exuberante beleza.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Obrigado a V. Exª, Senador Eurico Rezende, pela parte que me toca.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Parece que o documento deve ter sido redigido por algum capixaba, ou baiano, ou mineiro.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — V. Exª me dá a impressão de estar desviando o rumo do meu discurso, com esse aparte.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Diante desse documento, V. Exª, Senador Orestes Quêrcia, tem um dever a cumprir: é, pelo menos, discordar dele parcialmente. Dizem aqui os microfones do MDB em Rio Verde:

"Acentuaram-se as desigualdades regionais, setoriais e individuais, concentrando-se a renda social cada vez mais no Centro-Sul."

E renda social quer dizer a distribuição de riquezas. Verifica-se, então, que o documento reconhece que o Centro-Sul, cuja liderança sócio-econômica se encontra, obviamente, com São Paulo, está sendo beneficiado pela Revolução, enquanto o Nordeste vem recebendo um permanente impacto predatório, em benefício daquele Estado. Portanto, pediria a V. Exª que eu, como capixaba, e V. Exª,

como paulista, nos dêsemos, pelo menos nesta oportunidade, as mãos, e juntássemos as energias do protesto, para fazermos um reparo a este documento, que pode ser verde com relação ao Nordeste, mas que é de evidente humor negro com referência a São Paulo.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Agradeço o aparte de V. Exª, que já foi maior do que o discurso que li até agora, porque concordo com o Manifesto de Rio Verde. Inclusive, durante a leitura que estou fazendo, V. Exª, se tivesse tido um pouquinho de paciência de esperar, poderia ter ouvido, de minha própria boca, essas declarações, consentâneas com o que está escrito aqui.

Com sua permissão, continuo a leitura do meu discurso.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Um minutinho só.

Dos 5.118.465 brasileiros matriculados em 1964 na primeira série do antigo primário, apenas 10% (545.506) conseguiram concluir o curso ginasial. Seja qual for o ano-base que se tome, jamais houve possibilidade para que, pelo menos, 5% dos estudantes brasileiros atingissem os bancos universitários.

Por quê? Como explicar tamanha insensatez, tamanha injustiça, tamanho desperdício? Insensatez que perpetua uma injustiça inútil, que reduz apenas no desperdício. Desperdício de cérebros, desperdício de cultura, desperdício de populações inteiras, gerações inteiras marginalizadas.

Se quiséssemos atribuir esse calamitoso quadro de ensino brasileiro apenas à negligência, corrupção, politicagem, ignorância ou incapacidade daqueles que atuam com responsabilidade direta sobre os assuntos escolares, em seus diversos níveis certamente encontraríamos muitos culpados, quer no período anterior quer no posterior a 1964.

Mas se quisermos fornecer real contribuição à solução do problema, devemos evitar as meras críticas pessoais e buscar, numa análise objetiva do quadro econômico e social brasileiro, as verdadeiras causas de nosso assustador déficit educacional.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Um instante. O Senador Jarbas Passarinho já havia pedido um aparte. Daqui a pouco, com todo o prazer, darei o aparte ao Senador Jarbas Passarinho e, depois, a V. Exª.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Então V. Exª concede à vanguarda, e, em seguida, à retaguarda...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — É questão de preferência de quem pediu primeiro.

O eminente médico e escritor brasileiro, Agnaldo Marques, em seu último livro, "A Infância no Brasil em Transformação", após examinar os variados critérios adotados por diversos países para fixar o índice mínimo do consumo de calorias estabelece uma média entre esses critérios e aponta o número-limite de 2.500 calorias diárias.

Considera-se, assim, que um consumo médio diário abaixo de 2.500 calorias já configura estado de fome.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está por terminar uma pesquisa nacional sobre nossos padrões de alimentação.

Mas alguns dados preliminares permitem estimar que o consumo médio de calorias da população brasileira é pouco superior ao limiar da fome. Esse consumo médio encobre, contudo, profundas disparidades, quer em termos de classe social, quer em termos de regiões. No Nordeste brasileiro, por exemplo, o consumo médio de calorias está entre 1.400 e 2.000 calorias, o que configura um estado de fome crônico, e também comprova as alegações do manifesto de Rio Verde sobre as disparidades regionais.

Mas é o próprio Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição que afirma em um de seus muitos textos de propaganda: Quase quarenta milhões de brasileiros são carentes de calorias e cerca de três milhões e meio não consomem as proteínas necessárias.

A Organização Pan-americana de Saúde, como nos revela o jovem e brilhante professor de Sociologia e escritor, Luiz Antônio da Cunha, realizou longo e profundo estudo sobre as causas da mortalidade infantil em 24 áreas das três Américas. Do início de 1968 até fins de 1972, estudou as causas da morte de trinta e cinco mil crianças menores de 5 anos.

Deste estudo, colhemos estes dois dados significativos: a mortalidade de crianças com menos de cinco anos no Recife é 5,4 vezes maior que a de São Francisco, nos Estados Unidos, e a de São Paulo é 3,2 vezes maior que a daquela cidade norte-americana.

Isto aqui comprovaria o aparte do nobre Senador Eurico Rezende que, infelizmente, não está ouvindo. S. Ex^a deu um aparte talvez precipitado, sem ouvir o restante do meu discurso, exatamente no momento em que eu comprovo que o aparte de S. Ex^a estava certo.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Acho que precipitado foi V. Ex^a, por não ter notado que o Senador Eurico Rezende estava no Plenário. E a resposta, então, é S. Ex^a quem irá dar.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Quem não nota a presença do Senador Eurico Rezende no plenário, Excelência?

Não estava S. Ex^a prestando atenção a essas alegações que comprovavam aquilo que S. Ex^a levantou. Agradeço a boa vontade de V. Ex^a

Esta situação dramática, de resto, já foi comprovada de inúmeras outras maneiras. Nós mesmos, em outra oportunidade, citamos aqui o excelente trabalho realizado pelo professor Walter Leser, atual Secretário da Saúde do Estado de São Paulo, que revela que o aumento da taxa de mortalidade infantil em São Paulo, nos últimos anos, coincide com a queda do salário mínimo real verificada no mesmo período.

O professor Leser chega aliás às mesmas conclusões da Organização Pan-americana de Saúde, ao associar a subnutrição e a desnutrição como principais causas de assustadores índices de mortalidade infantil.

É inequívoco, portanto, que o modelo econômico, posto em prática nos últimos anos, concentrador de renda e marginalizante de extensas camadas da população, é responsável direto pelo aumento dos índices de mortalidade infantil.

Mas o que pretendemos mostrar é outro aspecto, não menos dramático e assustador que a mortalidade infantil: é a atrofia intelectual e a marginalização cultural, provocadas igualmente pelas desigualdades de renda e pelo excessivo achatamento salarial.

Ao se mencionar a palavra fome, é preciso evitar a armadilha semântica muitas vezes habilmente utilizada. É necessário deixar claro que ao dizermos **estado de fome** não nos referimos àquele estágio orgânico casual que medeia entre as refeições e pode ser definido como exacerbação do apetite.

Estado de fome, aqui, quer dizer carência alimentar, desnutrição, subnutrição, ou seja, uma situação prolongada ou permanente em que o organismo humano é submetido a um regime de insuficiente ingestão de proteínas e calorias. No Brasil, milhões de organismos humanos são submetidos a isso, numa proporção e numa constância assustadoras — ocorrem as seguintes consequências, segundo revelam os professores Ruth R. Puffer e Carlos V. Serrano em seu trabalho **Características de la Mortalidad en la niñez**, realizado, em 1973, na Organização Pan-americana de Saúde.

“Os conhecimentos atuais sobre deficiência nutricional, assim como sobre o baixo peso ao nascer e a imaturidade parecem indicar que o estado de deficiência nutricional das

populações é talvez a causa mais importante da mortalidade excessiva nas áreas em desenvolvimento. Estabelece-se uma espécie de círculo vicioso pelo qual as mães que sofrem deficiências nutricionais desde cedo em sua vida, e têm estado sujeitas a outros fatores ambientais desfavoráveis, têm filhos de baixo peso ao nascer. Muitas dessas crianças morrem por causa de enfermidades infecciosas devido à sua maior vulnerabilidade, e as que sobrevivem continuam mais expostas aos perigos dos fatores ambientais e da deficiência nutricional (...) As consequências deste círculo vicioso complexo são muito mais graves quando se leva em conta o efeito sobre a inteligência e a capacidade de adaptação da criança.”

As pesquisas que vêm sendo realizadas em vários países por médicos e biólogos revelam claramente a estreita relação entre situação de fome e os efeitos negativos no setor educacional.

Joaquim Craviotto, em seu trabalho **Nutricional Deprivation and Psychobiological Development**, realizado para a Organização Mundial da Saúde, demonstra que a situação de fome acarreta o retardamento da aprendizagem e do desempenho psicológico.

Esses prejuízos são causados mesmo que a fome só ocorra antes de a criança ingressar na escola, e principalmente na idade pré-escolar.

A nossa volta, bem próximo de nós, estão os dados concretos que confirmam a dramaticidade do problema. Pesquisa recém-concluída, realizada pela Fundação Carlos Chagas, sob a coordenação da professora Ana Maria Popovic, revela que a evasão escolar nas zonas periféricas de São Paulo chega a atingir nada menos que 70 por cento já na primeira série do 1º grau.

O mesmo trabalho informa ainda que 12% das crianças de baixo nível sócio-econômico, que frequentam os parques infantis da Prefeitura, apresentam deficiências provocadas pela desnutrição. E é importante salientar que, na periferia paulista, existe toda uma população marginalizada, cujas crianças não frequentam os parques infantis da Prefeitura.

É fato notório em São Paulo, por exemplo, o cumprimento de uma norma, não explicitada em lei ou em portaria: as diretoras desses parques infantis, muito zelosas quanto ao *asseio* dos alunos, exigem, por exemplo, a utilização do uniforme, o que exclui automaticamente as que ocupam os últimos degraus da escala sócio-econômica.

Essas crianças não foram incluídas na pesquisa.

Portanto, as crianças pesquisadas pertencem a camadas sócio-econômicas um pouco superiores às totalmente marginalizadas e, assim mesmo, apresentaram aos seis anos, às vésperas de seu ingresso na 1ª série do 1º grau, o mesmo rendimento de aprendizagem que uma criança de quatro anos da classe média.

As consequências desse quadro são praticamente insanáveis, porque o retardamento intelectual, provocado nos primeiros anos de vida, quer pela desnutrição, quer pela marginalização cultural, jamais poderá ser compensado. Já está definitivamente consagrada a tese de que, por exemplo, 80 por cento da capacidade intelectual existente aos 17 anos desenvolve-se até os sete e oito anos e 50 por cento dessa capacidade desenvolve-se nos primeiros quatro anos de vida.

Se em São Paulo, considerada uma das mais prósperas regiões do País, existe comprovadamente incrível defasagem na formação intelectual de crianças de níveis sociais diferentes, o que não dizer nas demais regiões brasileiras?

Mas fiquemos por ora em São Paulo, para analisar as medidas recentemente propostas pelo atual Secretário da Educação paulista.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Se o nobre Senador Jarbas Passarinho ainda pretende o aparte, ouviria S. Ex^a com todo o prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Agradeço muito a generosidade de V. Ex^a, porque seria realmente impossível eu acompa-

nhar o caleidoscópio que V. Ex^a acabou de nos expor. E o meu aparte era pertinente só com humildade, em relação aos seus dados originais sobre a Educação, mas em supondo eu que V. Ex^a não é um perito no assunto, — e como políticos todos nós temos o direito de ser generalistas — eu gostaria de contribuir para o discurso de V. Ex^a, pedindo-lhe cautela quanto às informações que nos trouxe, pois elas, ao contrário do que podem parecer, exatamente conspiram contra a tese de V. Ex^a. Diz V. Ex^a que a qualidade da vida piorou e vai buscar exemplificação precisamente nos números de analfabetos ainda residualmente existentes e na evasão que dá à pirâmide escolar brasileira um quadro realmente doloroso. Creio que V. Ex^a está trazendo dados precisamente contrários à sua tese. Se V. Ex^a analisar o problema, dinamicamente, e não estaticamente, vai verificar que exatamente aí estão dois índices de melhoria. Em primeiro lugar, quando V. Ex^a fala em 12 milhões de analfabetos é preciso verificar que eles eram dezoito milhões, ainda localizados no Recenseamento de 1970. E, no entanto, foi a primeira vez, na História do Brasil, que se conseguiu reduzir em números absolutos o contingente de analfabetos, porque, em números relativos, se vinha reduzindo aos poucos. Em números absolutos é a primeira vez que isto ocorre depois da existência do MOBILAL. E V. Ex^a sabe que o MOBILAL começou, exatamente, em 1970. Portanto, o Recenseamento de 1970 não poderia mostrar resultados de eficiência do MOBILAL, pois ele ainda não existia. Mas, em dois anos, V. Ex^a verifica que foram alfabetizados três milhões e quinhentos mil brasileiros. Em quinze anos, é V. Ex^a mesmo quem traz os dados, dos dezoito milhões já se fala em doze e acredito até que sejam treze milhões. Mas, pela primeira vez, insisto, é de se notar que, em valor absoluto, o número de analfabetos foi reduzido. Então, isso conspira contra a tese de V. Ex^a. Em segundo lugar...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Só para responder o que V. Ex^a disse em primeiro lugar.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — O meu aparte é quanto ao preâmbulo. Por isso é que não queria entrar pela área da desnutrição e outros assuntos importantes que V. Ex^a trouxe no seu discurso. Gostaria de ter dado o aparte pertinente à educação naquele instante. Mas, o segundo ponto, é quando V. Ex^a diz que para cada mil estudantes que iniciam o antigo curso primário, hoje a primeira série do primeiro grau, menos de quatrocentos atingem a quarta série. É preciso que V. Ex^a verifique que quatrocentos eram os que atingiam a segunda série há cerca de dez anos e, hoje, V. Ex^a já leva isso para a quarta série. De cada mil estudantes que iniciavam o seu curso em 1954, tomando por base quatorze anos de evolução dinâmica de uma turma, que terminaria, portanto, em 1968, V. Ex^a teria, para cada mil estudantes, repito, apenas onze concluindo o curso superior. Hoje, V. Ex^a tem sessenta e três ou seja 6,3 por cento de rendimento, em lugar de 1,1 por cento de rendimento. Como esses dados me parecem que provam uma melhoria e como o preâmbulo do discurso de V. Ex^a foi no sentido de negar o chamado milagre brasileiro e, depois, provar que o pouco de crescimento que houve ainda caracterizou uma iniquidade, que foi um prejuízo da qualidade da vida, está a me parecer, data venia, que os exemplos que V. Ex^a trouxe, no campo da educação, são precisamente contrários à sua tese. Era apenas esta a colaboração que eu queria dar.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Agradeço o aparte do eminente Senador, ex-Ministro da Educação, e gostaria tão-somente de esclarecer que citei esses dados porque eles representam o quadro da Nação brasileira, hoje. Pretendo posteriormente a este discurso, fazer uma manifestação a respeito do problema do ensino superior. Entretanto, ao analisar o problema, julguei que seria responsabilidade minha, como Senador do meu Estado, tratar primeiro do assunto referente à saúde relacionada com o ensino e as deficiências do ensino em razão principalmente da saúde. Portanto, os dados que V. Ex^a ressaltou, são um demonstrativo que quis esclarecer para situar o problema da criança que vive mal em virtude do baixo nível

de renda de suas respectivas famílias e não tem condição de assomar à escola em igualdade de condições com a criança de uma família de nível médio para cima. Quanto ao aparte de V. Ex^a, que agradeço, na realidade, não quis tratar essencialmente desse assunto. O problema que pretendo levantar, agora, citando declarações do atual Secretário da Educação de São Paulo, é sobre o quadro melancólico em que se encontram as crianças em idade pré-escolar, para analisar as medidas que o Governo do Estado está fazendo. Portanto, agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a sabe que também me interessa muito por assuntos educacionais. O eminente orador parece que disse que a matrícula no primeiro grau, atualmente, é de cinco milhões. Creio que há um equívoco, aí, ou de V. Ex^a ou na estatística de São Paulo, porque em 1960 a necessidade de escolaridade primária era da ordem de dez milhões e a matrícula só se dava em termos de cinco milhões. Isto, há quinze anos atrás. Não é possível que a matrícula continue, hoje, em cinco milhões. Deve haver algum equívoco. Parece-me que a estatística de V. Ex^a está na rota das caravelas e nós estamos na rota das estrelas.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Acho que V. Ex^a está na rota das estrelas, porque citei o ano de 1964.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a está enganado. Em 1960, a necessidade de matrículas no Brasil, em termos de ensino primário, era de dez milhões e a absorção era de cinco milhões. Agora, num ponto V. Ex^a tem razão, o Governo tem perdido essa parada: são as deserções durante o curso. Conhecemos isso no interior, pois matriculam os filhos apenas para ter o benefício da merenda escolar.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Não vou dizer que V. Ex^a estava na rota das estrelas, porque citei, para esclarecimento de V. Ex^a...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Esse problema vai ser agora enfrentado, segundo anunciou o Ministro da Previdência Social...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — ...cinco milhões matriculados em 1964.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Quantos?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Cinco milhões.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Não, mais, Excelência. Cinco milhões foi em 1960. Só o crescimento da população está a indicar que a matrícula foi dilargada em quatro anos. Não, V. Ex^a tem paciência: interpretou mal ou está aí com uma estatística cativa.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — V. Ex^a há de convir que os dados que trago são calcados, evidentemente, em informações nas quais confio. Se V. Ex^a discorda dessas informações, V. Ex^a está inteiramente de acordo com sua função de Líder da ARENA, na situação de me contestar.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Mas, num ponto estou de acordo com V. Ex^a: a evasão tem sido realmente grande.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Agradeço a informação de V. Ex^a, e sobre os dados citados prometo confirmar e voltar a falar com V. Ex^a

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Mas o quantitativo de matrículas cresceu e cresceu muito. Contamos também a alfabetização. O MOBILAL tem sido tão eficiente que já se propõe alfabetizar crianças. Está havendo uma onda muito grande. Por exemplo, o

Senador João Calmon é contra e o Senador Jarbas Passarinho também o é.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Porque, para alfabetizar crianças, a responsabilidade do Governo é fazer escolas primárias. O MOBRAF foi instituído para alfabetizar pessoas adultas.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Não vou discutir este assunto, porque, senão, vou consumir o tempo de V. Ex^a. Ficará para outra oportunidade.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Então, com a sua permissão, vou continuar aqui o meu discurso.

O Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, argumentando com os mesmos dados fornecidos pela Fundação Carlos Chagas, há pouco citados, dos quais V. Ex^a discorda, propõe que o Estado dê ênfase à educação pré-escolar.

Reconhece o Sr. Secretário o despreparo da maioria da população pré-escolar paulista para ingressar na primeira série do 1º grau e enfrentar ali, o currículo elaborado por pessoas "normais", isto é, da classe média, e destinado ao ensino de alunos "normais", tomando-se evidentemente por base as crianças das classes média e alta.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Permite V. Ex^a que eu o interrompa ainda uma vez, nobre Senador. É porque o assunto, realmente, diz muito particularmente a mim. Por exemplo, estou ouvindo deliciado essa discussão entre V. Ex^a e o nobre Líder Eurico Rezende, que, aqui, não pode dissociar-se de ser o Reitor de uma Universidade. Mas, embora S. Ex^a tenha concordado com V. Ex^a que a evasão é grande, e é verdade, outra vez peço a V. Ex^a que estudemos o filme e não o instantâneo.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — É grande, mas é menor do que era.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Pois é por isso que me considero um otimista com o pé no chão, um realista. Se tínhamos uma evasão tão grande — como eu disse a V. Ex^a anteriormente — de acordo com os dados que V. Ex^a poderá compulsar com a sua fonte de assessoria, até 1964, se de cada mil estudantes que iniciavam o antigo curso primário, menos de quatrocentos concluíram a primeira série, e isso era consequência do binômio evasão-reprovação, isto tem sido alterado ao longo destes últimos anos de tal modo favoravelmente que temos hoje menor taxa de reprovação, também, com a Reforma 5.692 que prevê o período de recuperação do aluno, não deixa que esse aluno chegue ao fim do ano despreparado para o exame; faz com que ele seja recuperado ao longo do ano, no momento em que ele mostrar a sua insuficiência de aproveitamento. Parece até o ovo de Colombo, mas é uma solução. Por outro lado, se formos mostrar as deficiências, as mazelas da educação brasileira, teremos um quadro realmente difícil e V. Ex^a terá toda razão, a partir dele, de pedir que seja sempre melhor. Apenas como o preâmbulo do discurso de V. Ex^a foi para provar que a qualidade de vida piorou, é que estou insistindo, repito, que o argumento é errôneo.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Não preciso provar que a qualidade de vida piorou. O próprio Governo está reconhecendo isso.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Eu ouvi isso. Mas está reconhecendo em dados estáticos.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — O Secretário da Educação do Estado de São Paulo...

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Não importa o Secretário da Educação.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — ... o Governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins, reconhece isso publicamente,

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Mas, nobre Senador, não há conflito nenhum com o que estou dizendo. Ele está reconhecendo um quadro estático e V. Ex^a mesmo, ainda há pouco, disse: "antes era pior". Pois se antes era pior e, hoje, ainda é assim, o quadro, portanto, é progressivo no sentido de melhoria. E é isso que devemos analisar.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Talvez V. Ex^a esteja preocupado, e com razão, com relação ao acesso dos estudantes nos níveis superiores de ensino.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Não, não é só isso.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Eu estou preocupado com o nível pré-primário.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — V. Ex^a pode ser um bom intérprete do meu pensamento mas, talvez, não seja um bom adivinho do meu pensamento. Realmente, não estou preocupado com isso. Estou preocupado exatamente com os dados que V. Ex^a dá. Por exemplo: não me interessa saber se são cinco milhões ou sete milhões — essa discussão que, ainda há pouco, V. Ex^a mantinha com o nobre Líder Eurico Rezende — interessa-me saber qual a taxa de escolarização realizada neste período, porque a população variou. Então, não posso ficar com números absolutos, quando devo ter os relativos à evolução do ensino brasileiro. Por exemplo, tínhamos até 1944, 53% apenas de escolarização das crianças entre 7 e 14 anos. Quer dizer, para cada 100 crianças existentes, 47 não tinham escola. Em 1974 essa taxa subiu para 81%. Então, V. Ex^a poderá dizer: no quadro atual, para cada 100 crianças, 19 não têm escola. E ainda precisamos corrigir isso. Mas, eram quantos? Eram 47. Estão agora reduzidas para 19. No quadro que dei para V. Ex^a antes eram 18 milhões de analfabetos; estão agora reduzidos para 12 milhões. Então, o quadro é evolutivo, progressivo para melhor. Apenas este dado que gostaria de pedir a V. Ex^a levasse em consideração.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Levo em consideração, embora faça restrições com relação à qualidade do ensino e que não sou eu quem o faz, é o próprio Ministro Ney Braga.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — A qualidade do ensino é teórica.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — É o próprio Sr. Ministro da Educação, Ney Braga, que faz restrições, em relatório encaminhado ao Presidente da República, recentemente. Evidentemente que ele trata do assunto mais de nível superior. Pretendo, ainda o mais próximo possível, tratar deste assunto, dada a realidade do ensino universitário de São Paulo.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Gostaria muito que quando V. Ex^a tratasse desse assunto, tratasse também no sentido dinâmico a que me referi. Caracterizar a qualidade do ensino como deficiente, hoje, não é bastante. É preciso provar se essa qualidade piorou agora ou se, ruim como está, ainda é melhor do que foi outrora. Isso que pediria a V. Ex^a, desde logo.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Não tenha dúvida.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Porque gostaria de estar aqui a ouvi-lo e a ouvir-lhe as lições a esse respeito.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Absolutamente. V. Ex^a sabe que isso não é verdade. Aqui, dar lições sobre educação, dá V. Ex^a.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Todos nós trazemos uma contribuição.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Nós tentamos dar uma modesta contribuição, dada a realidade do nosso Estado.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — É claro. Se V. Ex^a traz justamente o carro-chefe, que é o Estado de São Paulo e, se ele mos-

tra deficiências, o que vai dizer o representante do Estado do Pará? Naturalmente tem um quadro ainda pior.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Nobre Senador, a luz vermelha anuncia o término do meu tempo, mas solicitaria a boa vontade...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Aliás, V. Ex.^a é melhor fora do papel!

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Agradeço a V. Ex.^a Pediria ao Sr. Presidente mais alguns minutos somente, porque pretendo assinalar declarações do Secretário da Educação, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) (Faz soar a campainha) — Desejo informar a V. Ex.^a que ainda terá mais 5 minutos, para terminar o seu discurso.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. José Bonifácio reconhece, na exposição de seu plano de educação pré-escolar feita na recente Reunião de Secretários de Educação realizada aqui em Brasília, que

“o atendimento às crianças desfavorecidas torna-se impenhosa obrigação do poder público. Nenhum país pode dar-se ao luxo de desprezar a capacidade intelectual de parcelas significativas de sua população. O preço da marginalização desses contingentes é pago pela sociedade toda, em termos de aumento de criminalidade, da necessidade de obras assistenciais e ainda da falta de mão-de-obra qualificada.”

Em seguida, afirma o Secretário que o programa de educação pré-escolar teria de beneficiar as famílias consideradas carentes, ou seja, com renda mensal menor de três salários mínimos, o que abrangia 60 por cento das famílias paulistas.

Não há o que discutir quanto à imperiosa necessidade de implantação do sistema pré-escolar. O excelente trabalho, realizado pela equipe da Fundação Carlos Chagas, demonstra cabalmente a necessidade de se socorrer a população pré-escolar subnutrida e culturalmente marginalizada. Mas não deixa de ser irônico o fato de o Sr. José Bonifácio recusar-se a ver a evidência, mesmo depois de ele próprio ter colocado o dedo na ferida.

Aparentemente, não passa pela cabeça do ilustre secretário paulista que a situação calamitosa a que chegamos não é consequência da falta do ensino pré-primário e sim do fato de que nada menos que 60 por cento das famílias paulistas são, como ele mesmo definiu, “carentes” porque recebem menos de três salários mínimos por mês. E existem estatísticas suficientes para demonstrar que uma família gastaria bem mais que um salário mínimo se pretendesse manter um padrão de alimentação que a excluísse do quadro geral de subnutrição. Isso sem contar as despesas com habitação, transporte, saúde, etc.

Assim, a inadiável adoção do ensino pré-escolar não deve ser confundida com a solução do problema, já que se trata de expediente paliativo e, como tal, deve ser encarado: não há como se pretender equacionar o problema educacional honestamente, se se omite deliberadamente o ponto crucial: a má distribuição da renda, perpetuada pelo atual modelo econômico.

Não há, porém, o que estranhar no comportamento do Sr. José Bonifácio. Afinal, em recente pronunciamento público em São Paulo, declarou candidamente que “devemos dar ao povo o que ele precisa e não o que ele quer”.

Assim, do alto de sua sabedoria o Sr. José Bonifácio estabelece, a seu critério, que o povo precisa do ensino pré-escolar, mas, embora a população o queira ardentemente, igualmente ele determina que ela não precisa de melhores salários, nem dos instrumentos legítimos e legais para reivindicá-los.

Ao fazermos esse comentário, não nos move a intenção de espicaçar o ilustre Secretário da Educação de São Paulo. Nosso objetivo

é denunciar um tipo de atitude demagógica e sutil que se vem tornando corriqueira em algumas esferas administrativas, notadamente em São Paulo.

Com efeito, tem sido comum o uso de expediente, que consiste, basicamente, em admitir e denunciar publicamente uma série de mazelas, evitando, porém, expor a verdadeira raiz do problema, como se o simples fato de terem admitido o erro, os eximisse do encaminhamento das soluções.

Em sua própria proposta, podemos advertir esse tipo de comportamento, pois o Sr. José Bonifácio, depois de adotar uma posição aparentemente corajosa e denunciar todas as mazelas a que está submetida a população pré-escolar, simplesmente lava as mãos e procura transferir o encargo de implantar o projeto pré-escolar para as prefeituras municipais. Assim, somos obrigados a considerar que, ou bem o Sr. Secretário não considera a situação tão dramática, como parecia demonstrar durante a sua exposição, ou bem toda a situação por ele mesmo denunciada e admitida não é suficiente para sensibilizá-lo. Pois quem o ouvisse dizer que “nenhuma nação pode dar-se ao luxo de desprezar a capacidade intelectual de parcelas significativas de sua população” tinha o direito de imaginá-lo fazendo gestões junto do Governador do Estado, para obter um reforço das dotações orçamentárias destinadas à Educação. Até porque, se se quiser levar a sério o ensino pré-escolar, não se pode ignorar a necessidade de elaboração de um programa global, e bem concatenado, do qual o Governo do Estado não se pode omitir. Primeiro porque atualmente apenas 85 mil crianças em todo o Estado frequentam a pré-escola, enquanto só na Capital, existem seiscentas mil que precisam ser atendidas. Em segundo lugar, porque a própria delicadeza do problema exige o máximo rigor na elaboração dos currículos, no treinamento dos professores e na fiscalização do sistema, o que evidentemente demanda um comando centralizado que só pode ser exercido pelo Governo do Estado.

O Plano, apresentado pelo Secretário de Educação, limita ação do Estado ao atendimento, através de convênios com as Prefeituras, das crianças de seis anos. Desta forma, cessado o estardalhaço promocional, verifica-se que o problema propriamente dito continua intocado.

Resta lembrar ainda que o Sr. José Bonifácio propôs uma mudança da legislação para permitir que as Prefeituras possam aplicar no ensino pré-escolar parte dos 20 por cento de seus Orçamentos, a que estão obrigadas a dedicar à Educação.

Tendo em vista a pretensão enunciada pelo Sr. José Bonifácio, de transferir às Prefeituras problemas inerentes ao Estado, em vez de tentar resolvê-los através do próprio Estado, desejo citar declarações do Secretário da Educação da Prefeitura de São Paulo, Dr. Hilário Torloni, ex-Deputado estadual e ilustre educador, que contradizem as pretensões do Secretário de Estado, assim, analisado o problema, sob o ponto de vista das Prefeituras, ficamos com as palavras do ilustre Secretário de Educação do Município, Dr. Hilário Torloni, a quem devemos fazer justiça, apontando-o como uma das raras exceções dentro das administrações Estadual e Municipal de São Paulo, pois, ao contrário da maioria de seus colegas, sendo político sem ser politiquês, e não pretendendo pesar como técnico apolítico, está em condições de equacionar os problemas técnicos sem incorrer em tecnicismos e posições elitizantes.

Mas o que afirma o Dr. Torloni em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, 48 horas após a exposição sobre o ensino pré-escolar feita pelo Sr. José Bonifácio, em Brasília?

“Cantar a Educação em versos líricos — diz Torloni — sem objetivos práticos, é costume que vem de longe. Várias medidas precisam ser introduzidas antes de qualquer ação, inclusive na legislação, para que a captação de recursos seja ampliada para o campo da educação.”

Com a fisionomia cansada, segundo descreve o jornal, o Dr. Hilário Torloni afirma que “não parece praticável qualquer plano, por melhores intenções de quem o apresente, sem que sejam canaliza-

dos os recursos necessários para sua implantação". E concluiu: "Temos atualmente 110 parques infantis da Prefeitura que serão 132 daqui a alguns meses. Mas como teremos vários deles em precaríssimas condições de conservação, alguns até interditados, este ano não poderemos construir mais nenhum, porque a verba existente mal dá para as reformas".

Mas se há em São Paulo, a unidade mais rica da Federação, uma larga distância entre os diagnósticos pseudocorajosos e as dotações orçamentárias destinadas a corrigir distorções reconhecidas, vejamos o que ocorre em regiões menos desenvolvidas do País.

Para não nos estendermos demasiadamente, citaremos aqui alguns dados recentemente coletados pelo Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Federal do Ceará, que elegeu o município cearense de Itapipoca, próximo a Fortaleza, para realizar pormenorizada pesquisa sobre a qualidade do ensino primário.

Escusado dizer que este município, longe de se configurar exceção, é representativo da imensa maioria dos municípios, se não de todo o País, pelo menos de todo o Nordeste e das regiões que a ele se equiparam sócio-economicamente.

Vêem V. Ex^{ts} que a situação das prefeituras é muito difícil para que o Governo de São Paulo, analisando os dramas do ensino primário, analisando os dramas da educação primária, ao invés de resolvê-los, possa pretender jogar às prefeituras a responsabilidade, como se estas já não tivessem suas responsabilidades, já não estivessem oneradas com graves encargos. É o que nós condenamos, principalmente naquilo que enuncia o Governo de São Paulo.

Eis alguns dados da pesquisa que abrangeu as 255 escolas primárias, urbanas e rurais, existentes no município: 68% dessas escolas funcionam na casa do próprio professor, geralmente em salas de visita com cerca de 8 a 10 metros quadrados; 86 por cento dessas escolas não possuem instalações sanitárias; em 78% dos casos, o mobiliário pertence ao professor.

Cada escola funciona com uma única classe, reunindo alunos de diferentes níveis. Dos 5.048 alunos matriculados em 1973, 1.340, quase trinta por cento, eram repetentes. Finalmente, constatou-se que apenas três por cento dos professores frequentaram a 3ª série do 2º Grau, ou seja, o Curso Normal, sendo que 34 por cento haviam concluído a 5ª série, 38 por cento a quarta e 16 por cento apenas a terceira série.

Ainda sobre aspectos ligados ao primeiro grau, gostaríamos de enfatizar a necessidade de se implantar o ensino pré-escolar de forma coerente e compenetrada, sem improvisações e leviandades, para que ele sirva realmente de elo entre a população infantil marginalizada e os currículos do primeiro grau, que sempre foram elaborados em função de crianças consideradas "normais".

É preciso, acima de tudo, questionar certos padrões de normalidade que, muitas vezes, não passam de códigos determinados por tipos diferentes de cultura.

É preciso, questionando estes padrões de normalidade, evitar certas posturas que, embora inconscientemente, são segregacionistas. É preciso aceitar a criança brasileira e seu comportamento e seu tipo de cultura plasmado no meio social onde ela nasceu e cresceu. É preciso aceitar a criança brasileira concreta, e não os estereótipos discutíveis e, não raro, defasados da realidade nacional.

Se fazemos essa advertência é porque conhecemos exemplos dessa postura segregacionista sutil e inconsciente e, neste sentido, chamamos a atenção para a instituição, no antigo Estado da Guanabara, das chamadas classes de alunos excepcionais.

As classes de alunos excepcionais do primeiro grau consistem basicamente na separação de crianças tidas como "atrasadas especiais", ou deficientes mentais educáveis.

Estas crianças passam a ter um tipo de educação diferente das demais e, de uma forma ou de outra, ficam marcadas como "excepcionais", não só durante o período escolar, mas para o resto da vida.

A professora Doroth W. Schneider, em sua brilhante tese de mestrado "As classes esquecidas", apresentada, em 1974, no Museu

Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aponta os mecanismos de caracterização dos alunos excepcionais, indicando os critérios subjetivos que redundam em conclusões discutíveis.

O AE, sigla com que é contemplado o aluno excepcional, não apresenta qualquer anormalidade fisiológica aparente. Tem dificuldade no aprendizado da leitura e da escrita (dislexia) e, no decorrer do processo, frequentemente confunde as letras (dislalia). Seu aprendizado é lento.

A professora Schneider nos revela ainda que muitas vezes uma professora aponta seu aluno como sendo AE, "confundida com a conduta inapropriada do aluno. Por exemplo, ser turbulento, inquieto, barulhento, etc. (ou seja, a conduta que é perturbadora para a professora)".

O estudo esclarece ainda que a quase totalidade dos AEs é proveniente das favelas cariocas e, todos sabemos, a grande maioria das professoras primárias pertence a setores da classe média.

A professora Schneider sugere ainda que o processo de identificação, estigmatização e segregação dos AEs não existe nas escolas primárias privadas, frequentadas pelas crianças das classes médias altas. As crianças destas classes não são rotuladas nem segregadas e tudo é feito para que elas se desenvolvam como seus colegas, seja através de recursos escolares adicionais, seja através de recursos extra-escolares, como professores particulares, psicanálise, etc.

Já em muitas escolas públicas, "as turmas AEs não podem participar das festividades das escolas, tais como solenidades cívicas, representações teatrais, e assim por diante, nem podem votar nas eleições escolares, nem frequentar a biblioteca da escola".

Quando se fala agora, em São Paulo, em preparar a criança desfavorecida para padrões estabelecidos pelos currículos do primeiro grau, perguntamos se não seria mais correta a colocação do problema de forma inversa, ou seja: questionar certos padrões estabelecidos e, conforme o caso, adaptá-los à realidade da população pré-escolar.

Enfatizamos, portanto, que, se se pretende incrementar o ensino pré-escolar no Estado, é preciso ter presente, sobretudo, como demonstra a professora Ana Maria Popovic, em seu trabalho "Marginalização Cultural", que "no momento em que uma dessas crianças — nas classes menos favorecidas — sai do ambiente familiar e passa a frequentar a escola, depara-se com uma instituição mantida, organizada e regida conforme os padrões da classe média, padrões esses bem diversos dos que lhe foram dados e dos que continuará a assimilar em seu ambiente".

A assistência à população pré-escolar é um dever inalienável do Estado e precisa ser implantada imediatamente, mas não podemos, em momento algum, esquecer que o problema fundamental continua sendo a fome e a marginalização cultural a que estão submetidas as classes sociais menos favorecidas.

Neste momento, pois, em que se reacendem os debates sobre a Educação, propomos a adoção de programas concretos de atendimento à população pré-escolar. Mas programas que não se limitem a diagnósticos pseudocorajosos e à confissão de fracassos. Há que se encarar o problema como prioritário e deslocar para o setor os recursos necessários.

Mas propomos, sobretudo, que desta vez se olhe para a criança brasileira como ela realmente é; que se retire a venda do subdesenvolvimento cultural de certos pseudo-intelectuais e se veja a criança brasileira com olhos brasileiros, sem os estereótipos importados e inadaptáveis à realidade brasileira.

É preciso ver que a síntese da criança brasileira está longe dos cromos estampados nas publicações luxuosas e alienadas, dedicadas a um segmento de nossa população que cada vez mais dela se desvincula, quer pela desinformação, quer pela ignorância, quer pela falta de integração.

A criança brasileira tem pouco a ver com aqueles rostinhos rechonchudos de olhos claros e faces rosadas. A criança brasileira real está muito mais para o moleque mestiço, cujas características

étnicas e de fisionomia são completamente diferentes. Isso não quer dizer que seja mais feia. Será até mais bonita se a virmos com olhos de ver, se a virmos com olhos brasileiros.

Quando tanto se fala em integração, não vemos outra forma de realizá-la a não ser assumindo a realidade nacional. E propomos que se concretize essa integração pela educação e pela adoção de uma verdadeira cultura nacional. País integrado é aquele que se conhece a si mesmo, não tem vergonha do que é e cultiva a sua maneira de ser.

Integrar é não restringir, não marginalizar, não segregar, não estigmatizar. Toda vez que encontrarmos estes sintomas em uma sociedade, quer pelos seus mecanismos econômicos marginalizantes e fomentadores dos desníveis sociais, quer pela alienação cultural de suas elites, poderemos afirmar que ela caminha no sentido exatamente oposto ao da integração. **(Muito bem! Palmas.)**

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Evandro Carreira — José Esteves — Alexandre Costa — Virgílio Távora — Domício Gondim — Danton Jobim — Benedito Ferreira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Mattos Leão — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

Em 4 de junho de 1975

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Accioly Filho, pelo nobre Sr. Senador Eurico Rezende na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 5/75-CN.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Petrônio Portella**, Líder da ARENA.

Em 4 de junho de 1975

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Mendes Canale, pelo nobre Sr. Senador Lourival Baptista na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 5/75-CN.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Petrônio Portella**, Líder da ARENA.

Em 4 de junho de 1975

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Benedito Ferreira, pelo nobre Sr. Senador Henrique de La Rocque na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 5/75-CN.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Petrônio Portella**, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 141, de 1975, do Sr. Senador Itálio Coelho, solicitando o desar-

quivamento do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1973, de sua autoria, que dispõe sobre a extensão do salário-família ao trabalhador rural.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Aprovado.

A matéria continuará sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 142, de 1975, do Sr. Senador Itálio Coelho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1974, de sua autoria, que altera a Lei nº 5.630, de 2 de dezembro de 1970, que estabelece normas para a criação de órgão de primeira instância na Justiça do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Aprovado.

A matéria continuará sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 143, de 1975, do Senhor Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1972, de sua autoria, que revoga a Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, que instituiu o sistema de sublegenda partidária.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Está aprovado.

A matéria continuará sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 1974 (nº 1.679-B/73, na Casa de origem), que declara Antônio Carlos Gomes, Patrono da Música no Brasil, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob o nº 44, de 1975, da Comissão — de Educação e Cultura.

Em discussão o projeto.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra o nobre Senador Franco Montoro, para discutir o projeto.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — **(Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trata-se de projeto que dá a Carlos Gomes o título de Patrono da Música no Brasil.

Dizer alguma coisa sobre a importância de Carlos Gomes na Música brasileira seria insistir em fatos conhecidos de todos. A justiça da homenagem é o reconhecimento do valor de quem elevou, aos mais altos pontos, a cultura brasileira no campo da Música.

O projeto, de iniciativa do Deputado Francisco Amaral, recebeu parecer unânime das Comissões da Câmara dos Deputados.

Veio como projeto oficial daquela Casa. Na Comissão de Educação do Senado, o parecer também é favorável à aprovação.

Recebemos, entretanto, da nobre Liderança da Maioria, a informação de que as instruções dadas à Bancada, pela liderança, são no sentido da rejeição do projeto. Informados, à última hora, desta de-

cisão, estamos encaminhando à Mesa requerimento solicitando o adiamento da discussão do projeto, para que possamos conhecer melhor as razões que possam justificar essa decisão de recusa da aprovação de proposição, cuja justiça, cuja significação, para a defesa da cultura brasileira, nos parecem de incontestável validade.

Para não antecipar a discussão de argumentos que não conhecemos, mas para termos tempo de conhecê-los e debatê-los, oportunamente, no Plenário, estamos encaminhando à Mesa requerimento, no sentido de que seja adiada a discussão, pelo tempo necessário ao esclarecimento dos fatos de que acabamos de ter notícia neste momento. (Muito bem!)

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres, pela ordem.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Favoráveis ao projeto, manifestamos-nos até com uma ponta de estranheza, uma vez que se encontram aqui os nobres Senadores Franco Montoro, de São Paulo e Orestes Quércia, de Campinas — que, aliás, estava cobrando, recentemente, a presença do Senador Eurico Rezende, que agora vejo no plenário. Eu não entendo, sinceramente, que esse projeto possa ter sua votação adiada, quando é uma questão pacífica em todo o País, de que Carlos Gomes é, efetivamente, o patrono da música brasileira.

Sr. Presidente, ainda que, de barato, o projeto tivesse que ser adiado, teria que sê-lo por um prazo determinado, mas não *sine die* como pretende o nobre Senador Franco Montoro. É de se estranhar que S. Ex^a, que tem sido aqui, e é forçoso reconhecer, um baluarte do direito autoral, defensor dos músicos, dos artistas, tenha tomado uma iniciativa dessa natureza. De qualquer maneira, manifesto a minha estranheza, mas consulto a V. Ex^a, para legitimar a minha questão de ordem: se, ao pretender o adiamento, o Senador não é obrigado a prefixar por quantas sessões? Sem prazo determinado, Sr. Presidente, parece-me que não é regimental. Mas, V. Ex^a, com a sua alta sabedoria, vai decidir. De qualquer maneira, aproveito a oportunidade para externar o meu voto favorável ao projeto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esclareço a V. Ex^a que pode ser pedido até trinta dias de prazo, e o requerimento foi pedido até o dia 27 do corrente.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) (Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Maioria aqui representada, com muita honra para nós, diz a V. Ex^a que apóia integralmente o requerimento feito pelo ilustre representante de São Paulo. Sem endossar-lhe os méritos das considerações, aceita justamente esse requerimento, para que, da troca de idéias, possa chegar-se a uma boa solução. O voto da Maioria é a favor do requerimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 223, DE 1975

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requerio adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 1974 (nº 1.679-B/73, na Casa de origem), que declara Antônio Carlos Gomes, Patrono da Música no Brasil, a fim de ser feita na sessão de 27 de junho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975. — **Franco Montoro.**

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Sr. Presidente, para encaminhar a votação, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para ter a oportunidade de responder ao apelo que nos foi formulado, de uma forma que nos deixou profundamente satisfeitos, pelo Senador Vasconcelos Torres.

O ponto de vista de S. Ex^a é o nosso. Somos favoráveis à aprovação do projeto e o aprovaríamos imediatamente. Desejamos a sua aprovação. Mas a informação que recebemos é que a orientação da Liderança da Maioria é pela recusa. Se a votação for feita já, o projeto será recusado. Feito o adiamento, teremos oportunidade de debater as razões e salvar essa iniciativa da maior importância.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Isto eu não sabia. Mas fico triste em sabê-lo.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Permite-me, V. Ex^a, um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Com prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Na qualidade de Senador pelo Estado do Pará, gostaria de me congratular com a iniciativa de V. Ex^{as}, salvando o projeto de uma recusa ou de uma desaprovação imediata. Digo na qualidade de representante do Pará, porque, como sabe V. Ex^a, partilhamos com São Paulo a honra de dividir a glória de Carlos Gomes. Tivemos a alegria de tê-lo, no nosso Estado, como sendo o grande inspirador do desenvolvimento de vários talentos no campo da Música. E tivemos um triste privilégio, que foi o de ter a Cidade de Belém como a área mortuária de Carlos Gomes. Dividimos com Campinas — ela que é o berço de nascimento — toda a glória de Carlos Gomes. E para nós, paraenses, seria extremamente penoso ter de votar contra o projeto.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Orestes Quércia (São Paulo) — Permite-me, V. Ex^a, um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Orestes Quércia (São Paulo) — O ilustre Senador me perdoe, mas como ex-Prefeito de Campinas e ali residente, eu gostaria de, embora V. Ex^a fale pela nossa Minoridade, deixar aqui a estranheza em razão da deliberação da Maioria que, com a palavra do Senador Jarbas Passarinho e a do Senador Vasconcelos Torres, já vê um pouco abalada a decisão. Espero que haja uma reverificação, para que seja prestada a homenagem devida e condigna ao grande músico brasileiro.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço, Sr. Presidente, a colaboração dos nobres Srs. Senadores que, com sua autoridade, vieram espontaneamente, e até imperiosamente, como uma determinação de sua consciência, manifestar o seu apoio à medida e a estranheza pela decisão de sua recusa. Essas manifestações certamente serão levadas à devida conta pela Maioria, para que, na oportunidade do exame da matéria, possa ter existido uma reconsideração dessa decisão anterior. Se, de qualquer maneira, não tiver havido uma decisão isolada da Maioria, os votos de representantes ilustres da própria bancada da Maioria nos autorizam a esperar a aprovação.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — V. Ex^a me concede mais um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Lembro a V. Exª que o encaminhamento de votação não comporta apartes. Como V. Exª já concedeu dois, fica o aviso como advertência, podendo V. Exª concedê-lo ao nobre Senador Vasconcelos Torres, pedindo que seja rápido.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Sr. Presidente, tenho de agradecer a maneira correta, parlamentar e política com que V. Exª tem sabido dirigir os destinos do Senado. Tenho a impressão de que o Senado não pode ficar mal, rejeitando um projeto dessa natureza. O Senado funciona como Câmara revisora. Partindo da iniciativa de um Senador, tenho a impressão de que o Senado não pode se desgastar, perante uma parcela ponderável da opinião pública brasileira, rejeitando um projeto desta natureza. Se a Câmara tiver de examiná-lo, então, daria depois um pronunciamento. Agora, acho que ficaria muito mal, numa hora de cultura. O desenvolvimento para mim, Sr. Senador, não é só desenvolvimento da indústria; é cultural, também. O projeto pode não ser aprovado pelo Senado, mas, Carlos Gomes jamais deixará de ser o patrono na área popular. Todo o povo brasileiro sabe ser ele a figura máxima da música brasileira. Se for uma questão fechada da Liderança da Maioria, tenho a impressão de que deve ser um homônimo do Carlos Gomes, que deve ter alguma ficha subversiva. (Risos.) Mas vamos apurar em tempo e não passar pelo vexame de rejeitar um projeto desta natureza.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — É a esperança de todos nós que, do reexame da matéria, decorra esta homenagem, profundamente justa, a esta figura que é um dos pináculos da cultura brasileira.

São essas as considerações que justificam o requerimento que acabo de enviar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Em votação o requerimento.

O Sr. Nelson Carneiro (Rio de Janeiro) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, para encaminhar a votação.

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recordo-me dos primeiros dias da minha atividade parlamentar.

Era Presidente da Câmara o saudoso Nereu Ramos e, ao fim da sessão, S. Exª anunciava um projeto que ia ser rejeitado. Parecer contrário.

Indaguei quem era aquele cidadão a quem se negava, ao tempo, uma pensão de um conto de réis. Então, consultando o avulso, verifiquei que era um paraense, autor da "Canção do Soldado," aquela que todos nós repetimos, que é o segundo Hino Nacional.

Pois então, Sr. Presidente, naquele momento eu adverti a Câmara, da injustiça que se fazia ao autor daquele hino que contaminara a Nação e levava os nossos atiradores, os nossos soldados, à emoção da luta. O Presidente Nereu Ramos suspendeu a votação, e no dia seguinte o projeto foi aprovado.

Recordo esse episódio porque me lembra muito o que ora ocorre nesta Casa. O único defeito que tem este projeto, Sr. Presidente, é declarar Patrono da música brasileira, Antônio Carlos Gomes; eu emendaria, apenas, para dizer Carlos Gomes, porque Carlos Gomes, sim, é o Patrono da música brasileira; ele o é. Antônio Carlos Gomes pode ser qualquer cidadão. O que ficou na consciência do País, o que está gravado em quantos acompanharam a evolução da música brasileira é o nome Carlos Gomes, não só aqui como fora do País.

O único defeito desse projeto é ser Antônio Carlos Gomes, devia ser apenas Carlos Gomes.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Exato!

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) — Rejeitar-se um projeto dessa natureza é uma injúria à memória daqueles que trabalharam pela música brasileira, em todos os tempos, antes, e continuarão a trabalhar por ela. Não há ninguém, neste País, que mereça mais o título de Patrono do que Carlos Gomes, no setor da música.

Estou convencido de que V. Exª, como Nereu Ramos, em 1947, suspenderá hoje esta votação para que a Maioria medite no equívoco que iria praticar e, então, vote a favor da proposição, que não tem nenhum caráter político, que é a homenagem da Nação àquele homem que elevou a música brasileira fora do País e até hoje é reproduzida em todos os países do mundo.

Estou certo de que a atitude de hoje do Senado não será diferente daquela outra de 1947, da Câmara dos Deputados. (Muito bem!)

O Sr. Orestes Quércia (São Paulo) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra o nobre Senador Orestes Quércia.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) (Para encaminhar a votação, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero, também, assinalar minha estranheza pelo fato de a Maioria desta Casa pretender não prestar esta homenagem a quem conhecemos como o "Tônico de Campinas", ao grande brasileiro que honrou este País com o seu gênio, conhecido como o "gênio musical das Américas", que levou o nome deste País a todo o mundo no século passado, a sua época.

Temos certeza de que a Maioria, por orientação do Governo, por certo haverá de voltar atrás na homenagem que já faz parte do consenso de toda a Nação brasileira, que reconhece ser esse cidadão o Patrono da nossa música. E tenho a impressão de que o próprio Governo o reconhece, porque diariamente, das 19 às 20 horas, pelas emissoras de rádio de todo o País, os acordes principais da ópera "O Guanari", do grande brasileiro, são levados aos lares, aos ouvidos de toda a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão de 27 do mês corrente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 5:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1974, de autoria do Sr. Senador Ruy Carneiro, que institui o Auxílio-Educação e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 683, de 1974, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade e juridicidade. Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado. O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 1974

Institui o Auxílio-Educação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Auxílio-Educação na forma da presente Lei.

Art. 2º A concessão do Auxílio-Educação, que corresponde a 10% (dez por cento) do salário mínimo da região, destina-se aos pais ou responsável por menores de sete a quatorze anos que, comprovadamente, não recebem salário-família de qualquer fonte ou a qualquer título e cujos filhos revelem efetivo aproveitamento nos estudos.

Art. 3º O Poder Executivo baixará Decreto, dentro em 120 dias, a partir da publicação da presente Lei, regulamentando o disposto em seu art. 2º

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Peço a palavra, como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra, como Líder, o nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A imprensa de ontem transmite à população do Brasil uma notícia que não pode deixar de causar grande preocupação a todos os que se interessam pela elevação dos costumes políticos de nossa terra.

Um desses jornais, dos mais respeitáveis e de maior difusão no País, *O Globo*, na primeira página, declara em manchete: "ARENA vai dar bolsas de estudo".

A notícia é a seguinte:

"A ARENA pretende criar um fundo de dois bilhões de cruzeiros para distribuir, a partir do próximo ano, 450 mil bolsas de estudo a universitários. As bolsas, de cerca de cinco mil cruzeiros anuais, serão reembolsáveis, isto é, quando se formarem os estudantes começarão a pagá-las. Incumbido pelo presidente do partido, Senador Petrônio Portella, de elaborar um projeto a respeito, o Deputado Álvaro Valle vai entregar-lhe esta semana o seu trabalho, que em seguida será submetido à aprovação do Presidente Geisel e do Ministro da Educação, Ney Braga. Este já deu seu apoio aos planos da ARENA."

Esta primeira página faz referência à notícia mais ampla, na página 2, da qual destacamos apenas os seguintes textos:

"O Senador Petrônio Portella afirmou ontem que a ARENA está se fortalecendo junto à opinião, "porque representa os anseios da maioria do povo". Declarou isso em resposta à entrevista do historiador norte-americano Thomas Skidmore, na qual sustenta que a "ARENA é um partido fadado a minuar de modo inexorável e não significa politicamente a Revolução brasileira.

— Vocês vão ver — disse Petrônio. — Dentro de mais alguns dias, os planos que vamos lançar poderão abalar o Brasil de ponta a ponta e colocar a ARENA em grande evidência."

Seguem-se outros dados e a referência a um plano encomendado ao Deputado Álvaro Valle:

"Apesar de não ter esclarecido que planos são esses, sabe-se que encomendou ao Deputado Álvaro Valle um estudo

do sobre a elaboração de um programa para atender a 450 mil estudantes universitários através de "bolsa reembolsável". O programa terá início no próximo ano e o estudante começará a pagar ao término do curso. A idéia inicial é criar um fundo de Cr\$ 2 bilhões, que será distribuído pela rede bancária particular. Em média, cada aluno receberá anualmente 5 mil cruzeiros, de acordo com os planos arcaístas.

A justificativa do programa elaborado por Alvaro Valle afirma que a ARENA com esta medida terá condições excepcionais de penetrar na classe estudantil — e, agora, entre aspas — parecem, portanto, palavras textuais:

"hoje, quase que na sua totalidade, entregue ao MDB". O parlamentar carioca vai entregar esta semana seu trabalho a Petrônio, que o levará ao Presidente Geisel e ao Ministro Ney Braga."

E seguem outros dados sobre a medida.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Na qualidade de professor universitário, como V. Exª, e portanto conhecedor, por amostragem, da nossa mocidade universitária, acho que temos autoridade de repelir essa barganha, talvez a maior da História do Brasil. Muito maior, ainda, quando, sem nenhuma cerimônia, o autor da proposição diz que sua intenção primordial é atrair os universitários brasileiros, hoje no MDB. Isso é tão mais estranho quando o próprio Presidente da República se empenha para acabar com o poder econômico nas eleições. Acho que estamos a merecer uma explicação do Partido governista, repelindo o dolo que se pretende com projeto dessa natureza, altamente injurioso à classe universitária do meu País, que irá, sem a menor dúvida, repelir essa tentativa de suborno, ou agir, como fez no meu Estado: aceitará o dinheiro e votará contra. Muito obrigado a V. Exª

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço o aparte de V. Exª

Eu havia terminado apenas a leitura dos noticiários dos jornais. Esta notícia saiu publicada e amplamente divulgada, ontem. Esperávamos uma resposta, uma contestação, um esclarecimento. Hoje, não há qualquer retificação a respeito.

Dai, Sr. Presidente, sentimo-nos no dever de trazer o assunto a debate público — uma vez que é pública a notícia para que a ARENA, através da sua Liderança, tenha oportunidade de repor o problema nos devidos termos. Não posso crer que a Aliança Renovadora Nacional subscreva aquilo que está na notícia: que pretende distribuir a estudantes brasileiros bolsas de estudos por um sistema de muita justiça. A medida é da maior validade. A bolsa de estudo reembolsável representa medida de grande importância, mas a sua utilização, através de meios partidários, com os objetivos declarados aqui e dando a impressão de que se trata de um fundo a ser criado pela ARENA — o título está neste sentido — creio tratar-se de má interpretação e penso prestar colaboração à ARENA, dando-lhe oportunidade de declarar que o que pretende não é criar um fundo da ARENA mas, tendo em vista o bem comum e, respeitando a liberdade de consciência do estudante brasileiro, proporcionar-lhe, sem nenhuma consideração de caráter partidário, a oportunidade de ter o auxílio indispensável para que possa realizar seus estudos e crescer na sua formação intelectual, contribuindo para o verdadeiro desenvolvimento de nosso País.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Ouço, com prazer, o aparte de V. Exª

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Eminentíssimo Líder, se V. Ex^a se ativesse aos números, inicialmente, não ficaria tão preocupado. **Número um:** dois bilhões de cruzeiros novos são dois trilhões de cruzeiros antigos; obviamente, não poderia ser dinheiro partidário. Não existe isso. O que se depreende da nota do jornal é que o Deputado Álvaro Vale, que é o autor da idéia — como diz V. Ex^a — ~~desejaria~~ estender para o ensino superior aquela doação de bolsas que é feita pelo Governo, indistintamente, por parlamentar da ARENA e do MDB no ensino médio. Não ouvimos explicações de S. Ex^a, porque soubemos do fato já pela informação do ilustre Líder da Oposição. Mas, é curial, é claro, é lógico que esses dois bilhões de cruzeiros para 450 mil pessoas — dois terços, praticamente, do disponível pelo Ministério da Educação — se fora esse valor, só poderia ser recurso público federal, não poderia ser partidário. **Segundo:** o que não ficou bem explicado, e parece-nos que aí não foi traduzido, exatamente, o pensamento do Presidente do Partido nem tampouco o do autor do projeto, foi que a ARENA se rejubilava e achava que teria a gratidão, não por fornecer as bolsas, porque estas, no ensino médio, são fornecidas através de Deputados e Senadores, tanto do MDB quanto da ARENA, mas sim pela iniciativa de projeto quanto a esse sistema de bolsas reembolsáveis, digamos assim, que aliás constitui projeto já bem antigo, não só do Deputado Álvaro Vale, como de outros que pensam da mesma forma. V. Ex^a, mesmo, tem conosco conversado a respeito. O Senador Jarbas Passarinho pela idéia lutou. Não vamos injuriar o Partido de cuidar que iria procurar corromper alguém, dando bolsas de estudo. Para sermos coerentes, teríamos que dizer que as bolsas de estudo do ensino médio estavam corrompendo e elas foram distribuídas, tanto por Deputados e Senadores, do MDB como da ARENA. Eram essas as explicações preliminares que daríamos a V. Ex^a, protestando, em tomando conhecimento a fundo do que houve, dos motivos que ditaram tanto o Presidente da ARENA quanto o Sr. Deputado Álvaro Vale a prestar essas declarações e informar a este Plenário. Mas, desde já, refusingo, da forma mais veemente; a ARENA não procura corromper ninguém. Nem o Presidente Geisel seria patife em tais processos.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço o esclarecimento prestado por V. Ex^a. Ele desautoriza, portanto, a notícia.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Não, Excelência; desautoriza a versão da notícia. Leia direitinho aí.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Sim, Excelência, vou ler. O título da notícia é este: "ARENA vai dar bolsas de estudo".

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — "A iniciativa da ARENA vai tornar possível a doação de bolsas de estudo". Esta é a versão certa.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — V. Ex^a me pediu que lesse, e eu li. E V. Ex^a está desautorizando isso. Está claro aqui que é a ARENA.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Não, Excelência, não podia ser; inclusive já mostramos a impossibilidade física de fazê-lo.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Não podia ser legitimamente.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Como é que a ARENA poderia dar dois trilhões antigos em bolsas de estudo? (Risos.) Era meramente impossível, Senador.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Dentro da lhanza das nossas discussões, há de concordar V. Ex^a que não está à altura de sua experiência cuidar que um partido disponha de uma pecúnia neste instante.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — V. Ex^a raciocina de forma muito pura e, talvez, um tanto ingênua, porque é evidente

que, se houvesse essa importância a ser distribuída — a notícia faz referência não ao fundo partidário mas à rede bancária. . .

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — É exato, Excelência.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — . . . faz referência ao fundo que se estabeleceria a respeito.

Sabemos perfeitamente que têm havido abusos tão sérios e tão graves a respeito, que a própria Constituição estabelece normas para evitar que isto aconteça. V. Ex^a diz claramente tratar-se de iniciativa que será um projeto de lei do Senhor Presidente da República ou do Congresso Nacional, que passará pelo processo legislativo normal; será uma lei cujo objetivo é o bem comum. Portanto, uma lei impositiva.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Mas, Excelência, as bolsas de estudo no ensino médio são ou não impositivas?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Não se trata, portanto, daquilo que está na notícia; de que a ARENA vai dar 450 bolsas de estudo.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Isto é um título, Excelência. E não passa pela cabeça de ninguém que um Partido tenha hoje dois trilhões de cruzeiros e vá distribuir isso a alguém, Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Não vamos argumentar por este lado porque isto seria uma forma de fugir à realidade, de fugir ao problema.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Mas não é argumentar.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Não se trata de dizer que a importância é muito grande porque aí o absurdo seria muito grande. O problema não é de quantidade, é de qualidade. O problema é de natureza das coisas.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — E a natureza é estender ao ensino superior aquilo que, com tanta eficiência, é feito através de representantes, inclusive, do Partido de V. Ex^a ao ensino médio.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Então, por que a referência de conquistar o MDB?

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Conquistar o MDB não; conquistar, quando muito, a simpatia pela iniciativa. Quando nós fazemos um projeto. . .

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Nós quem? A ARENA?

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Nobre Senador, quando qualquer Deputado ou Senador apresenta, faz um projeto beneficiando determinada classe, pressupõe, a iniciativa, o reconhecimento dessa classe.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Nobre Líder, estimaria que lesse a frase entre aspas, que é bastante clara.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Atendo ao apelo de V. Ex^a A frase entre aspas é a seguinte:

"... com essa medida a ARENA terá condições excepcionais de penetrar na classe estudantil, hoje quase que na sua totalidade entregue ao MDB".

Este é o texto (Risos.) da notícia que V. Ex^a desmente.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Desmente o quê?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Desmente que seja a bolsa que a ARENA vai dar ao estudante!

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Com o fim específico de acabar com o MDB.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Vai ser bolsa que poderia ser dada ao estudante, pelo Governo, indistintamente, mercê da iniciativa de projeto oriundo da ARENA.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — É para acabar com o MDB.

O Sr. Presidente faz soar a campanha

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Permite o nobre Líder um aparte?

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Assim não, nobre Senador por Sergipe; utilizar-se-ia, se V. Ex^a pensa que é para acabar com isso — as bolsas do ensino médio. São ou não dadas no mesmo número a Deputados e Senadores da ARENA e do MDB?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) (Fazendo soar a campanha) — Lembro aos nobres Senadores que os apartantes não podem dialogar; a palavra está com o orador.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Renovo o meu pedido de aparte a V. Ex^a, quando for oportuno.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Parece-me, retomando o ponto essencial do problema, que o esclarecimento prestado pela Liderança da ARENA é de que se trata de iniciativa de um projeto de lei. O objetivo é o bem-comum. Se houver recursos, eles serão aplicados nessas bolsas pelo sistema do reembolso, depois de concluídos os estudos, utilizando-se, inclusive, a rede bancária, pela sua penetração em todo o território nacional, para a efetivação desta medida. Trata-se, portanto, de projeto de lei. Nunca, como acaba de negar, de forma clara, o Líder da ARENA, de medida como aquela que estaria aqui indicada.

Fomos procurados, Sr. Presidente, por várias pessoas, ontem, que estranhavam esta inovação que, a ser confirmada, representaria uma deturpação dos fins da educação e da atividade dos partidos políticos. A explicação dada por S. Ex^a parece significar fundamentalmente que há a idéia de ser apresentado, por representantes da ARENA, um projeto de lei criando bolsas reembolsáveis depois da formatura, a exemplo de inúmeras outras iniciativas que não foram apenas estudadas, mas que já foram tomadas e estão tramitando pela Casa. É uma idéia válida. E entre os que lutaram por esta idéia ao tempo em que esteve no Ministério da Educação está o nobre Senador Jarbas Passarinho, que até entrou em detalhes, vinculando o problema à estrutura do Imposto de Renda. É uma matéria que já vem sendo trabalhada e é objeto de preocupações de todos aqueles que vêem o problema do ensino no Brasil.

Está recolocado o problema e penso que a nossa intervenção produziu o resultado de esclarecer a opinião pública de que não se trata de bolsas a serem dadas por um partido a estudantes com o objetivo de tirá-los do MDB para passá-los ao partido do Governo, como se diz na notícia, não desmentida até este momento, atribuída à Liderança e ao ilustre Deputado da Aliança Renovadora Nacional. O debate é feito para isso, ficamos imensamente satisfeitos com a explicação porque recoloca o problema nos seus devidos termos.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — V. Ex^a me permite?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Ouço com prazer o aparte de V. Ex^a

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Nobre Senador Franco Montoro, em primeiro lugar — se isso V. Ex^a não considera imperioso — ousou louvar o ponto de prudência, com que V. Ex^a iniciou o seu pronunciamento. Acho que realmente é uma contribuição que V. Ex^a traz a todos nós.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — E na medida em que V. Ex^a solicita o debate, creio que ele não pode ser negado a V. Ex^a, sobretudo porque tenho certeza de que — embora eu não fale pela Aliança Renovadora Nacional mas tenho certeza — uma grande parcela, se não a totalidade de seus componentes, não aceitaria essas expressões que estão aspeadas e que V. Ex^a acabou de ler. Tenho um amigo que diz que no Brasil, em matéria de bolsa de estudos, nós somos uma sociedade de marsupiais porque todos parecem cangurus. Todos têm bolsas para dar. Há bolsas no Ministério das Relações Exteriores, há bolsas no Ministério do Interior, há bolsas no Ministério da Fazenda, há bolsas na Secretaria de Planejamento, há bolsas até no Ministério da Educação; e há bolsas no Ministério do Trabalho. Há projetos de bolsas de toda a natureza! Eis aí que provavelmente aparece mais um. Creio que assiste razão ao nobre Líder Virgílio Távora, quando chama a atenção de V. Ex^a, para o número, para o quantitativo aí exposto. V. Ex^a teve a generosidade de se referir ao meu esforço, que talvez eu o retome, ainda, nesta sessão legislativa...

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Com aplausos de todos nós.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — ... para que os estudantes pobres, aos quais não bastam a matrícula gratuita na Universidade, possam ter bolsas reembolsáveis, mas bolsas de manutenção. Ora, quando fiz esse estudo, a que V. Ex^a generosamente se referiu, o máximo que nós imaginamos que podíamos, num primeiro lance, obter, seria da altura de 30 a 35 milhões de cruzeiros. Ora, falar em dois bilhões de cruzeiros: dá 450 mil bolsas, é ser marsupial em exagero. Creio, por outro lado, que é um assunto a ser esclarecido pelo próprio Presidente do Partido, que foi citado nominalmente pelo jornal e pelo Deputado. É evidente que o Deputado deve ter uma fórmula mágica que até aqui não nos ocorreu a todos nós que estudamos financiamento de ensino superior no Brasil e mesmo no ensino de 2º grau. A Constituição prevê que deve ser feita a gratuidade do ensino, substituída paulatinamente por bolsas reembolsáveis mas, guardada a gratuidade para todos aqueles que são, no sentido da Lei, pobres e insuscetíveis de custear a própria educação. Agora veja V. Ex^a, nobre Senador Franco Montoro: essas bolsas a que se referiu o Senador Virgílio Távora, que são as do ensino secundário, do 1º e 2º grau — hoje primeiro grau, abrange os últimos quatro anos do antigo segundo grau — essas bolsas não representam mais do que a ordem de doze milhões de cruzeiros. Então, como chegar a dois bilhões? Estou, portanto, altamente satisfeito com o tom cauteloso de V. Ex^a. Tenho certeza de que o Presidente do nosso Partido há de dar cabais explicações a este respeito. Só me permitiria, neste aparte, que V. Ex^a tão generosamente ouve com paciência, estranhar a frase final do primeiro aparte do nobre Senador por Sergipe. Foi quando S. Ex^a fez uma declaração de que os estudantes superiores de Sergipe foram subornados mas não aceitaram o suborno; receberam o dinheiro e votaram contra. Isso é uma declaração muito grave mas muito exemplificadora do estágio atual em que nos encontramos.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Sr. Presidente, parece que estão bem esclarecidos os termos do problema. Quero, entretanto, acrescentar que o que estava subentendido por detrás dessa notícia era algo que contraria a ética partidária, que contraria a ética administrativa. Esta hipótese não seria, em si, absurda, porque a própria Constituição — como eu dizia, quando fui interrompido por uma série de apartes — prevê e expressamente, no art. 151, que uma Lei Complementar estabelecerá normas relativas à normalidade e à regularidade da vida política.

O Sr. Mauro Benevides (Ceará) — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — E inclui um item com a seguinte redação:

“Preservar”...

“III — a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego públicos da administração direta ou indireta, ou do poder econômico.”

O Sr. Mauro Benevides (Ceará) — V. Ex^a me permite, Senador Franco Montoro?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Darei o aparte em seguida a V. Ex^a

O que se vislumbra nessa notícia, a ser verdadeira na forma em que ela é apresentada — e graças a Deus, nós ouvimos o esclarecimento cabal dado pela Liderança, isso não é, sequer, cogitação da ARENA — é configurar uma forma de abuso do poder político e, quicá, do poder econômico também. Os milhões ou bilhões que se reunissem para uma manobra que poderia aparentemente produzir um resultado eleitoral, estaria configurando algo que seria uma nódoa em nossa vida pública. Acho que o debate contribuiu para mostrar que não é intenção, de modo nenhum, de qualquer dos partidos, de ninguém nesta Casa ou na vida pública brasileira, adotar um procedimento que teria conotação desta gravidade.

Ouçõ com prazer o aparte de V. Ex^a

O Sr. Mauro Benevides (Ceará) — Nobre Senador Franco Montoro, além da vedação constitucional referida por V. Ex^a, desejo lembrar que, se positivada essa versão estaríamos diante da iminência da perpetração de um crime previsto, salvo engano, no art. 299 do Código Eleitoral.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Tem razão V. Ex^a. Esses desvios estariam todos subentendidos ou, de certa forma, indicados na apresentação que do fato foi feita pelos jornais que divulgaram a notícia da forma mais objetiva.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Com prazer.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Há muitos aspectos positivos neste comentário que V. Ex^a está fazendo. Ensejou aos líderes da ARENA estabelecerem a verdade. V. Ex^a está-se baseando numa notícia que não é oficial, pois colhida por um repórter que a colocou numa perspectiva que não corresponde absolutamente àquilo que o bom senso aceita. Mas, esclarecido o problema, anotado o aplauso de uma linha aética que o Senador Gilvan Rocha, de Sergipe, em aparte concedeu com relação ao comportamento dos estudantes do seu Estado, queríamos simplesmente assinalar o seguinte: consideramos que V. Ex^a representa, aí, o papel do MDB assustado com a possibilidade de uma arregimentação da ARENA, relativamente ao processo eleitoral. Queremos tranquilizar a V. Ex^a e a toda a Liderança do MDB. A ARENA não vai, absolutamente, conspurcar-se nem conspurcar a consciência dos estudantes, querendo aliciá-los à base de dinheiro, de favores, e sim, vai marchar para os estudantes na base de uma promoção dentro de uma linha correta e séria, procurando desfazer os equívocos do processo eleitoral; assim como as Lideranças do MDB, hoje, na sua mais alta responsabilidade, têm desfeito os equívocos com relação ao papel do Presidente da República e da Revolução, e o aplaudem constantemente neste plenário. A ARENA vai marchar realmente para esse trabalho junto aos estudantes e aos trabalhadores, para incorporá-los, como forças vivas, ao processo político. E esse trabalho será feito de modo que a verdade, se sobrepondo realmente às mistificações e às distorções, faça com que o nosso Partido se fortaleça e se mantenha como instrumento da Revolução, dentro das linhas

democráticas e dos processos éticos estabelecidos para a administração e para a ação política, previstos na Constituição e na Lei Orgânica dos Partidos. Esses esclarecimentos, revelando um susto que a imprensa deu ao MDB, vale realmente por uma definição de que V. Ex^s. podem contar, realmente, com um Partido que vai buscar, na base da verdade, na base do desfazimento dos equívocos e das mistificações, a mocidade, mas para o debate claro e cívico na linha dos interesses superiores do Governo, dentro do espírito da democracia. Estejamos certos de que a ARENA se fortalecerá com os estudantes e com os trabalhadores, nestas bases.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que falou em susto. Nós nos assustamos com a notícia, realmente, mas não foi susto eleitoral; foi susto cívico, moral. Não tenha V. Ex^a muitas esperanças de que o MDB esteja se preocupando muito com o crescimento da ARENA. Se tem uma preocupação, é em outro sentido. Temos todo interesse em que a ARENA não diminua, que ela consiga se refazer e consiga, realmente, disputar as próximas eleições em condições que não ameacem o Brasil de um Partido único. Não somos favoráveis a um partido único chamado ARENA e muito menos a um partido único chamado MDB — mesmo porque o Brasil não agüentaria esse susto... O nosso susto, portanto, foi cívico, nobre Senador, mas ele e esse foi o sentido de nossa intervenção — representou praticamente aquilo que na técnica processual se chama de “embargos de declaração”. Tenho dúvidas sobre o sentido de uma expressão, tenho um recurso cabível: os embargos de declaração. Foi o que fizemos.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Ficamos satisfeitos com o esclarecimento e o Brasil também. E a vida pública brasileira que não se vê ameaçada de uma manobra eleitoreira que calaria muito mal, soaria muito mal perante a opinião pública brasileira e a opinião pública mundial.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Eu devo, por uma questão até de ética, um aparte ao nobre Senador Gilvan Rocha que o solicitou, logo depois de referido pessoalmente por V. Ex^a

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Exatamente por esse motivo, nobre Líder, quero deixar bem claro que não vou cometer à ARENA a injustiça que o ilustre Senador José Lindoso cometeu a mim. Absolutamente, eu não iria pensar que a ARENA iria ter um pensamento aético, para usar a própria expressão; e os próprios registros desta Casa hão de mostrar que eu pedia uma explicação sobre uma notícia publicada num órgão da maior respeitabilidade. E essa notícia, que foi lida seguidas vezes, inclusive em citações entre aspas, era absolutamente espúria. Por isso eu ficava aturdido, porque aparecia uma nova forma de corrupção geral. Não conheço isso, não sei nem como caberia em termos jurídicos, como seria uma corrupção total, uma corrupção abrangente de 450.000 pessoas a serem corrompidas. Por isso mesmo, no meu aparte, eu pedia uma explicação porque, evidentemente, não aceitava *ipsis litteris* o que eu via publicado entre aspas. Deveria haver um lapso, não de um jornal, que me merece a maior credibilidade, mas do Deputado. Eu não iria, portanto, cometer essa injustiça com a ARENA, injustiça aliás, que o meu nobre colega me faz ao dizer que estou aplaudindo a juventude em atitudes aéticas. É preciso que V. Ex^a reconheça que ainda existem tentativas de corrupção pelo poder econômico, que são repelidas, à altura, pela classe universitária, como o foram no meu Estado.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço o aparte de V. Ex^a

Estou sendo advertido pelo Sr. Presidente, que o meu tempo está esgotado.

Se V. Ex^a insistir no pedido do aparte, nobre Senador José Lindoso, eu o concederei.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Simplesmente para dizer a V. Ex^a que nas declarações que fazemos, em face dos embargos que V. Ex^a apresentou, temos que aditar exatamente isto: as estratégias do MDB relativamente ao exercício do poder são autênticas, são legítimas mas no problema relativamente ao embate de natureza cívica pelo poder, que vem em benefício do País e da comunidade, a ARENA vai arregimentar-se, para que essa estratégia não funcione, porque funcionará realmente uma outra: aquela suprema estratégia de colocar os interesses do País acima de tudo e os interesses da Revolução dentro desses interesses do País. Efetivamente, a ARENA, como instrumento do Partido e da Revolução, movimentar-se-á neste sentido. De forma que o MDB, que se supõe dono do poder, não terá essa possibilidade, porque a ARENA continua consciente e efetivamente no poder.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — V. Ex^a disse algo estranho: que o MDB se considera dono do poder. V. Ex^a, de outra parte, considera absurdo admitir que alguém possa abusar do poder.

Quero lembrar a V. Ex^a que com frequência, somos procurados, em períodos eleitorais, por pessoas que se dizem ameaçadas de perseguição. Então, a orientação que damos — e que nada tem de atética — é mais ou menos na linha do que acaba de dizer o nobre Senador Gilvan Rocha, um slogan que usamos muito: "Não precisa falar, basta votar. O voto é secreto, vote com sua consciência".

É uma forma de fugir. Há aqueles que, desrespeitando a orientação das maiores autoridades, coloca, entretanto, Secretarias de Estado, departamentos, bancos oficiais polícia, a serviço de outros interesses.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Isso, infelizmente, tem acontecido. Não é algo que se tenha passado em Marte ou Júpiter. Prevenir abusos dessa natureza representa...

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Eu acredito que V. Ex^a tenha razão. V. Ex^a já foi Governo e deve saber que existe isso.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Exatamente, esse problema existe.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Há 15 minutos estou pedindo um aparte a V. Ex^a!

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Há 15 minutos V. Ex^a não estava no plenário. (Risos.)

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Eu não estava neste local.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Mas eu concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Discordo do eminente Senador José Lindoso, quando afirma que V. Ex^{as} se julgam donos do poder. Tenho notado, ultimamente, a tentativa de um vestibular muito sério para a tomada do poder: V. Ex^{as} já estão procurando os quartéis, já estão procurando prestar serviço militar (risos) e noto que infringindo, até, a lei. O serviço militar parece que é prestado a partir de 18 anos, mas como, no MDB, deve existir muitos reservistas de terceira categoria, estão querendo fazer um adestramento. Confesso que estou satisfeito com essas medidas do Movimento Democrático Brasileiro. Afinal, a meta principal de um partido é a conquista do Poder para, na intermediação dele, realizar o seu programa que entende ter como objetivo o bem público. Quero congratular-me com o MDB, porque, antigamente, havia muitos líderes no MDB que só falavam nos quartéis e nos chefes militares para acusá-los de torturas e perseguições. Agora, estão procurando,

com a única linguagem que deve ser adequada e necessária, a tomada do poder, o entendimento com todas as forças vivas da nacionalidade, inclusive, as forças militares. Assim, repito, quero registrar minhas congratulações, principalmente com os militares, que, já não mais estão sendo lembrados como locatários do pelourinho e da execução política em termos de alegadas perseguições e torturas. Agora, estão sendo cortejados numa cativante lua-de-mel para o assessoramento em busca do poder pela honrada Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Faria um apelo ao eminente Líder, para que concluísse seu pronunciamento.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Concluo, Sr. Presidente, com um fato histórico que pulveriza todas as maliciosas considerações do ilustre Senador Eurico Rezende.

Diz S. Ex^a que, agora, o MDB parece dar alguma atenção aos militares, e não os despreza.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Causando até ciúmes na ARENA...

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Quanto aos ciúmes da ARENA, não os conheço, não posso contestar, porque não tenho dados (risos). Mas, que o MDB fosse, no passado, um Partido contra os militares e, hoje, a favor, eu repilo, não com adjetivos e sim com fatos.

Quando se organizou o MDB, numa luta terrível, para reunir 20 Senadores e 100 Deputados e poder constituir, assim, com aquelas exigências mínimas estabelecidas no projeto, um Partido político, quem foi o primeiro Presidente do Movimento Democrático Brasileiro? Um ilustre Senador, General do Exército Nacional, Oscar Passos.

Esta evocação deve servir para que não se façam juízos precipitados...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Só isso?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — ... a respeito daqueles que têm respeitado, no Brasil, todos os homens, civis ou militares, que prestaram serviços à causa pública.

Quero mencionar, também, que, em passado mais antigo, muitos dos que hoje, integram o MDB estavam na luta de frente, na defesa de candidatos militares à Presidência da República, como Eduardo Gomes e Juarez Távora.

Não se pretende estabelecer uma intriga e de colocar em termos pequenos um fato da maior importância, da maior significação. Respeitemos as Forças Armadas de nossa terra que, como todos os organismos que integram a vida nacional, possui seus grandes patriotas e podem ter, igualmente, homens que tenham, ocasionalmente, merecido a crítica, não por serem civis ou militares, mas por atos que tenham praticado. Esta, a linha que o MDB tem traçado e foi por obedecer a esta linha, de forma corajosa, sem ódio e sem medo, que o MDB acaba de conseguir, nas últimas eleições, esta vitória, que representou, não um motivo de orgulho para o MDB, mas um passo à frente na vida pública brasileira, e uma razão para que todo o mundo passasse a respeitar no Brasil...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — ...a força viva que as eleições permitiram e com a qual o povo brasileiro, com independência e com coragem, sem violência e desrespeito, de forma ordeira, e pacífica, disse, de forma clara e solene, o que queria. Não agradou aos poderosos, mas disse que pretendia que se alterassem os rumos do desenvolvimento brasileiro.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Esta, a missão que o MDB cumpriu no passado e pretende continuar cumprindo. Neste momento, ao fazer a advertência desta notícia que poderia re-

presentar o início de uma prática altamente negativa, tivemos apenas um objetivo que foi plenamente alcançado. Ficou perfeitamente esclarecido que a ARENA e o MDB repelem qualquer forma de abuso do poder econômico ou do poder político para fins eleitorais. Esta, a significação desta nossa intervenção.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço a atenção com que todos me distinguiram. Infelizmente, o Sr. Presidente me informa que não posso mais conceder novo aparte.

Era a comunicação que queria fazer e agradecer à nobre Maioria o esclarecimento prestado a respeito da grave notícia que nos trouxe a esta tribuna. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, como Líder da Maioria.

O SR. EURICO REZENDE (Espírito Santo) (Como Líder da Maioria, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não ocuparia esta tribuna não fosse o desate oratório do eminente Senador Franco Montoro. S. Ex^a procurou dar dimensões espaciais a uma modesta intervenção minha.

O que me surpreendeu, Sr. Presidente, não foi o fato do elogio do eminente *bâtonnier* oposicionista às nossas Forças Armadas e, particularmente, aos nossos militares. Esse entusiasmo, venho notando, ultimamente. Tem sido, para mim, apenas, uma notícia, porque nunca se constituiu numa surpresa. Mas é preferível, é justo, mais do que como demonstração de espontaneidade de estado de alma, se coloque esse entusiasmo em termos meramente conjunturais e estratégicos.

Sr. Presidente, ouvi, muitas vezes, nesta Casa, e vezes maiores ainda na Casa congêner, numa sinfonia de realejo — e os Anais das duas Casas o registraram — no tempo do Presidente Castello Branco, quando o seu Chefe da Casa Militar era o atual Presidente Ernesto Geisel, a acusação do MDB, a acusação do PTB, a acusação, enfim, da Oposição na época, porque depois se confundiu tudo, no sentido de que o Brasil, desgraçadamente, estava entregue a uma ditadura militar. Esse tratamento foi dado ao Governo de então, integrado pelo Presidente Ernesto Geisel.

É um direito que assiste ao honrado MDB procurar, agora, cortejar as nossas gloriosas Forças Armadas — e acredito que o Sr. Senador Franco Montoro o faça de um modo absolutamente sincero, porque amigo pessoal e antigo correligionário político do General Ernesto Geisel. Mas, o atacado da Oposição, naquela época, classificava o Governo Castello Branco, volto a dizer, integrado pelo General Ernesto Geisel, de uma ditadura militar que degradava o Brasil dentro de suas fronteiras e que projetava lá fora uma imagem mal-dita da nossa Pátria.

Com estas palavras, Sr. Presidente, quero me congratular com o eminente Senador Franco Montoro que hoje, com a sua palavra franca, autorizada e dardejante arranca, de uma maneira definitiva, dos Anais e da memória da Casa, o estigma de ditadura militar com que, no passado, se pretendeu caracterizar o Governo Castello Branco. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fausto Castelo-Branco.

O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A 25 de maio de 1900, há 75 anos, portanto, inaugurava-se no Rio de Janeiro o então chamado Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos. Seu fim precípua seria combater o grave surto de peste bubônica que, um ano antes, havia surgido no País, tendo seu foco principal na cidade de Santos.

Algum tempo depois de sua instalação, o organismo passou a chamar-se Instituto Soroterápico. E no ano de 1908, por decreto de 19 de março, recebeu sua atual denominação de Instituto "Oswaldo Cruz".

Ao registrar o transcurso desse aniversário, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu o faço atento à extraordinária contribuição que aquele centro científico veio prestar ao desenvolvimento das pesquisas no Brasil, pesquisas essas sempre orientadas com vistas à solução de problemas sanitários de nosso País.

Mas, como a Ciência transcende às pátrias e nenhum resultado de trabalho científico teria aplicação em um único país — o Instituto "Oswaldo Cruz" veio a tornar-se conhecido mundialmente, pela sua investigação sistemática em torno das chamadas doenças tropicais, constituindo-se numa demonstração eloquente da capacidade brasileira.

Ao considerar a esplêndida realidade desse Instituto, particularmente na sua primeira fase, e ao fixar a figura do grande brasileiro que lhe deu a estrutura básica e que, graças a sua personalidade e saber, pôde e soube vivificar essa estrutura, deflagrando ali o longo e penoso processo de um trabalho pioneiro de pesquisa — não posso furtar-me, Sr. Presidente, a uma sensação de ufanismo.

Falei eu em trabalho pioneiro de pesquisa e digo que essas palavras têm uma especial significação, considerando-se a época histórica em que o Instituto deu início a seus trabalhos, o atraso social, econômico e tecnológico propriamente dito em que então estava o Brasil, e, finalmente, o preconceito ainda muito difundido na mesma época, até em países mais adiantados que o nosso, contra a pesquisa pura.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa ampla constelação de fatores adversos não impediu que se planejasse e que se implantasse o atual Instituto "Oswaldo Cruz". E as diferentes pressões e campanhas desencadeadas por diversas vezes contra o mesmo, campanhas que procuraram até emprestar a conotação do ridículo a idéias e atos de Oswaldo Cruz, não detiveram a serena e firme decisão desse cientista no comando do organismo.

E também, acrescente-se, não influenciaram no ânimo das autoridades de então, que continuaram (o que muito as engrandece) assegurando apoio moral e financeiro à iniciativa, no pleno reconhecimento de sua perfeita coincidência com o interesse público.

O ano de 1899 marca o aparecimento de Oswaldo Cruz no cenário da vida brasileira. Ele voltava então ao nosso País, depois de uma permanência de três anos em Paris, onde estagiou no Instituto Pasteur.

Aos 28 anos de idade seria ele nomeado diretor do Instituto Soroterápico, por sugestão do cientista Emílio Roux, auxiliar e colaborador de Pasteur, a quem o Governo brasileiro solicitara a indicação de um especialista para aquele cargo.

No desempenho da primeira missão que lhe foi atribuída, Oswaldo Cruz evidenciou suas excepcionais qualidades de cientista e de homem de ação: ele deveria debelar um surto de peste que, manifestado em Santos, em 1899, já no ano seguinte havia crescido e passara a outros lugares, inclusive o Rio de Janeiro.

O segundo combate do jovem cientista foi travado contra a febre amarela.

A febre amarela, conhecida de há muito no País, com incidência endêmica, tornou-se a certo momento epidêmica.

Sem que fosse conhecida até então a forma de transmissão da moléstia, sua propagação era assustadora, ceifando vidas, indiscriminadamente, no cenário de uma região já ocupada, por população densa, sem infra-estrutura adequada de serviços sanitários urbanos e submetida, em grande parte, a condições de subnutrição e de completa falta de assistência médica.

A situação era constrangedora para um País e uma metrópole que se presumiam inseridos no contexto do mundo civilizado. O receio do perigo afastava os estrangeiros de nossos portos e constituía fator de insegurança, que contribuía para a continuidade de um

quadro urbano obsoleto ainda identificado com a velha imagem de atraso inerente ao Brasil-Império.

Investido em 1903 no cargo de Diretor da Saúde Pública, Oswaldo Cruz toma o surpreendente compromisso de extinguir a febre amarela no Rio, em três anos, com base na experiência do que se havia feito em outros países.

Dominada a febre amarela no Rio de Janeiro, vai Oswaldo Cruz colocar-se à frente de uma outra campanha de saneamento, em Belém do Pará, onde, também, grassava a doença. Em seguida, transfere-se ao Acre e equaciona a ação que se faz necessária a extirpar a malária na região do Madeira-Mamoré.

Em março de 1908 o Instituto passaria a chamar-se "Oswaldo Cruz".

Durante o tempo em que ali permaneceu, Oswaldo Cruz cercou-se de numerosa equipe de pesquisadores e desenvolveu notável atividade em diferentes programas de estudo.

Demonstração da alta importância de suas realizações nos laboratórios do Instituto, nós a encontramos na consagração que veio a receber no Congresso Internacional de Higiene e Demografia, reunido em Berlim, em setembro de 1907. O juri da exposição desse Congresso, em que tomaram parte 2.525 profissionais, destacou um grupo restrito de 123 expositores, em que estavam incluídos os trabalhos do Instituto de Manguinhos. Foi, em seguida, conferido a esses trabalhos do Instituto o 1º prêmio, a Medalha de Ouro da Imperatriz.

Nos antigos terrenos da Fazenda de Manguinhos, em cujas dependências se instalaram os primeiros laboratórios de Medicina Experimental do País, ergue-se, por iniciativa ainda de Oswaldo Cruz, o belo edifício central em estilo gótico que até hoje abriga a parte principal do Instituto. Esse edifício, no alto de uma colina, que agora pode ser visto pelos que passam na agitada Avenida Brasil, com os seus amplos laboratórios e uma biblioteca especializada com cerca de 300.000 volumes, juntamente com dois edifícios menores, um hospital e vários pavilhões e instalações anexas, forma o complexo da maior escola de Medicina Tropical da América do Sul.

Sucedeu a Oswaldo Cruz na direção dessa Escola seu discípulo Carlos Chagas, que completou a organização da mesma. Cardoso Fontes, terceiro Diretor, deu continuidade ao mesmo esforço de seus antecessores. Já nesse tempo o Instituto, desde sua fundação, publicara cerca de 2.500 trabalhos científicos.

Nascido sob a influência das idéias e das pesquisas de Pasteur, as atividades do Instituto de Manguinhos foram inicialmente monopolizadas pela orientação Microbiológica e Aplicada. Depois de 1917, porém, foi nele criado, por iniciativa de Carlos Chagas e segundo plano do próprio Oswaldo Cruz, a Seção de Fisiologia, abrindo-se, então, novos horizontes às suas atividades científicas.

A dinamização dessas novas atividades estaria ligada ao engenheiro Carneiro Felipe, colocado à frente da seção de Físico-Química Aplicada à Biologia e que inaugurara a fase Químico-Terapêutica do Instituto.

Também Miguel Osório, encarregado, em 1920, do Laboratório de Fisiologia, vem prestar sua colaboração, na mesma linha das pesquisas que estava realizando anteriormente, por conta própria, sobre Fisiologia do Sistema Nervoso e da Respiração. Esses trabalhos acabariam por levá-lo, mais tarde, à conquista do Prêmio Einstein, da Academia de Ciências e do Prêmio Sicard da Faculdade de Medicina de Paris.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao recapitular esses fatos, tentando mostrar o pioneirismo do Instituto Oswaldo Cruz e a posição relevante por ele alcançada no Brasil e no mundo — eu o fiz com vistas às grandes lições contidas no assunto.

A verdade é que o imenso e grave problema representado pelas péssimas condições sanitárias em que se encontravam as grandes cidades brasileiras no princípio do século constituíam aquilo a que hoje se chamaria um desafio.

O Governo, os responsáveis pelo Brasil de então, defrontavam-se com um problema cuja solução parecia estar acima de nossas possibilidades.

Pois eles se saíam muito bem, encontrando o homem certo para organizar e conduzir o esforço nacional destinado a superar o impasse. Oswaldo Cruz soube dar, por assim dizer, a resposta adequada ao desafio com que defrontava o Brasil, na figura daquela dramática situação sanitária que ameaçava sua população.

Ressalte-se, outrossim, na continuidade dos trabalhos do Instituto Oswaldo Cruz, nesses longos decênios que nos separam de sua fundação, um fato marcante na realidade nacional, considerado os altos e baixos de nosso progresso durante esse tempo, inserido que estava, tudo isso, numa situação típica de subdesenvolvimento.

O pioneirismo do Instituto Oswaldo Cruz tem ainda uma outra dimensão, considerada a característica da própria formação cultural brasileira, influenciada basicamente pela fidelidade aos valores do humanismo e não-condicionadora das pessoas para um engajamento, em profundidade, em pesquisas de laboratório, sob a disciplina de uma profissionalização na área das ciências experimentais.

Mas, pelo próprio fato da sociedade brasileira ser o que é, na soma exata de suas peculiaridades nascidas todas de um condicionamento histórico que escapa às nossas opções — é que cabe registrar e ressaltar exemplos como o de Oswaldo Cruz e de seus colaboradores e discípulos, bem como o grande centro de pesquisas científicas que o gênio de seu estruturador e a dedicação de quantos têm passado por seus laboratórios tornou possível.

Sr. Presidente, e Srs. Senadores, temos lido e ouvido por diversas vezes até mesmo no exterior, referências laudatórias a alguns estabelecimentos de pesquisa desse ou daquele país desenvolvidos, seguidos de um comentário sobre a indigência brasileira em tal assunto.

Evidentemente, muito precisaremos fazer para não perdermos, de uma vez, a corrida em que todas as nações estão empenhadas, com vistas ao progresso contínuo na conquista do conhecimento científico.

É o progresso científico, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que gera e dinamiza a tecnologia, e somente através de um domínio de técnicas, cada vez mais aperfeiçoadas, é que uma nação logra resolver, com racionalidade e economia, seus problemas sanitários, econômicos, administrativos, ou de qualquer outra natureza.

Não estou dizendo novidades, bem o sei, mas apenas estabelecendo um encadeamento de idéias para a parte final destas minhas considerações.

Ao Brasil, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao interesse nacional, usada a expressão no seu significado preciso, convém, sob todos os aspectos a continuidade de um Instituto Oswaldo Cruz bem identificado com a linha certa e antiga de sua verdadeira missão. Um Instituto Oswaldo Cruz participante, desenvolvendo programas de trabalho destinados a oferecer soluções nossas a problemas sanitários também nossos.

Um organismo, enfim, vivificado pela própria tradição, aglutinando cientistas, jovens pesquisadores, estudantes bolsistas, ocupando no painel da civilização brasileira aquele lugar de honra, aquela posição de célula principal, apta a emitir estímulos, respostas e soluções, com a finalidade maior de ajudar nosso País a vencer os óbices ligados à problemática de saúde pública.

Mas, para que isso ocorra, para que o Instituto Oswaldo Cruz possa ocupar essa posição, na qual continuaria servindo adequadamente aos interesses nacionais, seria preciso que todos aqueles que ali trabalham, que os cientistas que integram sua tripulação se sentissem tranquilos, com uma remuneração que os libertasse da contingência de complementá-la com outras receitas e que lhes desse a plena consciência de se haverem realizado profissionalmente.

Ora, ao que tem transpirado pelos jornais impera, hoje, uma atmosfera de insatisfação e de desânimo entre os dedicados pesquisadores do Instituto de Manguinhos.

Quero crer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que autoridades, pesquisadores e até mesmo o próprio Presidente da República, General Ernesto Geisel, posso assegurar, logo encontrarão a forma

que melhor atenda, tanto à conveniência dos primeiros quanto ao interesse público, na superação de impasses afinal, o que desejam, como queremos todos nós, é que o instituto prossiga nas suas realizações, presente e atuante na vida do País.

O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) — Pois não.

O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) — Quero expressar a V. Ex^a minha solidariedade à homenagem que presta a Oswaldo Cruz. Já neste Senado, quando do Centenário de nascimento daquele grande cientista, nós o homenageamos também. Apresentei o requerimento e o Senado lhe prestou uma homenagem à altura, com a presença de Ministros de Estado, inclusive do Sr. Ministro da Saúde e outras altas autoridades. O então Diretor do Instituto Manguinhos, o próprio filho de Oswaldo Cruz — Oswaldo Cruz Filho — veio até aqui e toda a Casa não quis deixar de participar da comemoração de data tão importante. Hoje V. Ex^a repete a posição do Senado, face àquele grande brasileiro. Realmente, o Senado não fica indiferente aos homens que serviram, servem e poderão servir a este País, o que mostra a sensibilidade desta Casa. Estou de pleno acordo com V. Ex^a, com as suas palavras, com o seu discurso e junto o meu apoio à sua grande iniciativa. Ainda no que tange ao Instituto Oswaldo Cruz, estou de pleno acordo com V. Ex^a. Acho que o Governo deve dar toda atenção àquela organização criada por Oswaldo Cruz, criada com os maiores sacrifícios, com idealismo, com espírito de solidariedade humana, porque foi através do Instituto que ele pôde fazer as suas pesquisas, projetar o seu nome e ter uma grande participação no desenvolvimento científico. Criou uma escola de cientistas, de sábios, avultando a figura de Carlos Chagas. Aquela Casa está um pouco ignorada pelos órgãos federais. Hoje ela não tem aquela força, aquele apoio de tempos idos. Mas, seguindo esses caminhos que V. Ex^a está preconizando, não precisaremos estender a mão e pedir socorro aos estrangeiros, naquelas horas difíceis, quando houver necessidade de vacinas, de soros ou de qualquer medicamento, para o bloqueio das epidemias. Nós estaremos em condições de autosuficiência, desde que haja amparo dos órgãos oficiais. O Instituto Oswaldo Cruz, que tem uma grande tradição, grandes sábios e dedicados servidores, quer participar. É preciso que todos emprestamos o nosso apoio, mas que ele venha de cima para baixo. Por isso, V. Ex^a está fazendo um discurso oportuno, que não poderia deixar de merecer o apoio integral do seu modesto colega.

O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, interpretativo do meu pensamento e ao mesmo tempo solidarizando-se com o meu modesto discurso, que se segue no sentido de apelo ao Governo, para que o Instituto Oswaldo Cruz mantenha a sua linha tradicional de pesquisa e de ciência.

A simples existência do fato já é, por si mesmo, um desestímulo a jovens em princípio de vida profissional, fascinados pela pesquisa — mas desencorajados de se deixarem envolver no mesmo compromisso de trabalho que levou a outros, após longos anos de atividade, a uma situação de desencanto e de frustração. A situação existente, sem dúvida, poderá afastar novas vocações no setor de "pesquisa".

Infelizmente, parece existir, em certos escalões subalternos da Administração Pública, aqueles voltados para os assuntos de Pessoal, uma certa dificuldade para a exata avaliação do trabalho do cientista, do pesquisador, do professor, do técnico de alto nível.

Ora, o Brasil precisa de pesquisadores. De muitos pesquisadores, em diferentes áreas, para que se desenvolva uma tecnologia ampla em nosso País.

Concluo, pois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, frisando uma vez mais a significação nacional de que se reveste o septuagésimo quinto aniversário do Instituto Oswaldo Cruz, e, nesta oportunidade, dirijo ao eminente Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, cujo patriotismo e competência nunca estiveram em dúvida, no sentido de que encontre a justa e urgente solução que todos desejam,

a fim de não comprometer aquela respeitável e tradicional instituição.

É o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O fato de Ministros brasileiros estarem sendo sabatinados por dirigentes de empresas multinacionais, estarem dando explicações sobre aspectos da legislação brasileira, que não agrada muito a esses Senhores, tudo isso em reuniões secretas, às quais não têm acesso nem mesmo parlamentares brasileiros, reuniões secretas onde circulam documentos confidenciais sobre a situação brasileira, elaborados por essas empresas multinacionais, tudo isso tem uma conotação de subserviência, por parte do Governo, que não pode ficar sem o protesto, sem o repúdio formal da Oposição.

Achamos, Sr. Presidente, que isso é uma inversão de políticas em relação aos interesses e aos verdadeiros objetivos nacionais. As multinacionais brasileiras, como a PETROBRÁS, a Vale do Rio Doce, a ELETROBRÁS e outras empresas sofrem restrições de várias naturezas, impedidas, por exemplo, de lançar subscrições nas Bolsas de Valores do País, obrigadas agora a pagar Imposto de Renda, com a particularidade de uma limitação na possibilidade da aplicação dos seus incentivos fiscais que as empresas outras do País não têm e tudo isso somado a uma campanha extensa, profunda, desenvolvida em toda a chamada grande Imprensa do Brasil contra essas nossas empresas multinacionais, campanha esta que o Governo enfrenta com muita timidez e com muita tibieza. Enquanto isso, às multinacionais de capital estrangeiro é oferecido todo um novo paraíso, que viria substituir os seus mercados tradicionais de atuação, abalados pela crise econômica mundial. Oferece-se a essas empresas um país de 110 milhões de habitantes, com um produto bruto de quase 100 bilhões de dólares, com uma extensão de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, com recursos naturais abundantes e em grande parte ainda não explorados, com abundância de mão-de-obra, mão-de-obra dócil, com atividade sindical muito reduzida, oferece-se ainda uma legislação extremamente liberal e perspectivas de que o Governo venha a dar um tratamento mais benevolente a essas empresas, porque necessita extremamente da presença delas no País.

É essa atitude, Sr. Presidente, que leva tais empresas a tomarem ares de arrogância e a reclamarem contra as instituições, os órgãos do Governo brasileiro que ainda procuram impor certas restrições à sua atuação no País, em defesa do interesse nacional. Órgãos como o Ministério da Indústria e do Comércio e o BNDE são acusados por essas empresas de não desenvolverem uma política tão liberal quanto a que o Governo alardeia para atrair os investimentos.

Essa inversão de políticas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um fato grave, que a Oposição denuncia e contra o qual protesta. O que se deve fazer é precisamente o contrário; é valorizar as nossas grandes empresas. Se as estrangeiras são necessárias, têm utilidade para o nosso desenvolvimento — é de se reconhecer que elas têm algo a nos dar em termos de enriquecimento e de tecnologia — se a presença delas é desejável, sob alguns aspectos, o que se tem a fazer é tirar aquilo que nos interessa, que é a tecnologia e o know-how, ainda não alcançados por nós. Mas dar, precisamente, à empresa nacional força e poder de barganha, para negociar com elas e crescer mais do que elas, dentro do território nacional.

Se a KRUPP, por exemplo, quer vir para o Brasil, fabricar equipamentos siderúrgicos, equipamentos de fabricação de cimento, que venha. Mas, que o Governo imponha, como condição, a associação com a USIMEC, por exemplo, com a USIMINAS mecânica, a empresa nacional que está desenvolvendo know-how para esse tipo de fabricação; que imponha associação com a empresa nacional, onde a

maioria de capital, onde o domínio, o centro de decisões fique com a empresa nacional, a USIMEC no caso.

São imposições desse tipo que o Governo pode e deve fazer; ao contrário de ficar prestando explicações, prestando toda sorte de satisfações a essas empresas, em troca de um ingresso mais maciço, de um fluxo mais abundante de capital para o nosso País.

Protestamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, contra essa atitude, que já se verificou no Seminário de Salzburg e se repete agora, aqui, no Hotel Nacional, com as reuniões do **Business International**.

Protestamos e, ao mesmo tempo, louvamos aquelas atitudes ainda presentes no Governo, porém nitidamente já em posição minoritária, que insistem em defender os interesses nacionais contra o que tem de nocivo na atuação, na presença dessas gigantescas multinacionais no País. Quero me referir, especialmente, aos órgãos do Ministério da Indústria e do Comércio, do Ministério das Minas e Energia, do BNDE, do Banco do Brasil, enfim, aqueles órgãos que ainda constituem nossas posições de defesa, dentro do Governo, contra o ingresso maciço e arrasador que se pretende agora, de capitais estrangeiros dessas empresas multinacionais, ingresso esse promovido já por setores governamentais, que passam, ao que parece, a ter a maioria na orientação da política geral do Governo.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Ouço com prazer o aparte de V. Ex^a

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — V. Ex^a há de me permitir o atrevimento da intromissão, mas isso se verifica em razão da não presença, no plenário, do nobre Senador Virgílio Távora. Minha presença, V. Ex^a há de convir, vai ficar na rama, posto que o expert no assunto é V. Ex^a...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Tanto quanto V. Ex^a

O SR. Osires Teixeira (Goiás) — ... e seu contendor na Casa é o Senador Virgílio Távora. Mas V. Ex^a aborda o tema na sua generalidade com absoluta precisão. É óbvio que a presença das multinacionais, no processo de desenvolvimento brasileiro, teria ou tem a grande valia de nos propiciar "queimar etapas" de desenvolvimento. Com a vinda de **know-how** perfeitamente atualizado, e é natural que a vinda e a entrada dessas multinacionais no processo econômico brasileiro há de se verificar com cuidados, capazes de não permitir alienação das riquezas brasileiras em favor das multinacionais. O que tenho lido e ouvido de alguns dos Ministros de Estado é que o Poder Executivo está em condições de controlar a ação das multinacionais em território brasileiro, e V. Ex^a mesmo afirma que ações do Ministério da Indústria e do Comércio, do Ministério das Minas e Energia, do BNDE e de outros órgãos do Governo se situam na mesma posição que V. Ex^a situa e que é, realmente, a posição correta. É aquela posição de admitir a empresa multinacional, no processo de desenvolvimento brasileiro, até que essa sua presença não signifique a alienação. Ao citar esses organismos como fontes, eu não diria de reação, como coloca V. Ex^a, mas, diria como fontes de posicionamento do Governo. Há de se convir que o Governo está admitindo a entrada de capital estrangeiro, via das multinacionais, mas com cuidados levantados e trazidos à tona, não no festival — também V. Ex^a me desculpe o engano — mas no Seminário em Salzburg, o qual reputamos da mais alta importância para o desenvolvimento brasileiro, eis que talvez seja a primeira oportunidade que o Brasil teve de, em termos internacionais, apontar as possibilidades para os investimentos maciços em território brasileiro. No Seminário de Salzburg, estiveram presentes eminentes representantes do Governo brasileiro, e propiciarão, por certo, a vinda de algumas empresas para o Brasil, de algumas multinacionais, que terão, no BNDE, no Ministério da Indústria e do Comércio, no Ministério das Minas e Energia, na estrutura governamental afinal, homens que receberão sugestões como a que V. Ex^a dá, como deu ainda há pou-

co, na hipótese que aventou da vinda da KRUPP, numa associação com a USIMEC. Acho que só nestas condições essas multinacionais se instalariam ou teriam condições de se instalar aqui. Não vejo razão para V. Ex^a, de um lado, apontar a certeza da alienação, quando, de outro lado, aponta os órgãos do Governo responsáveis por esta política se situarem na posição que V. Ex^a se situa. Acho que é motivo de júbilo, de alegria, V. Ex^a defender uma posição, que hoje, o Governo defende, através desses Ministérios e desses órgãos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Agradeço o aparte do nobre Senador Osires Teixeira. A manifestação nossa é, sobretudo, de receio de que esses pontos de defesa que ainda existem no Governo...

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Só não concordo com o "ainda", porque, quando V. Ex^a diz que ainda existem, pressupõe a existência de uma maioria contrária a essa existência. Então, eu gostaria que V. Ex^a declinasse essa maioria a fim de que a Nação conhecesse.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Pressuponho. São exatamente...

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Mas, V. Ex^a não pode declinar?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — São as iniciativas que vêm sendo tomadas pelo Governo, como um todo, no Seminário de Salzburg, e agora, com esta reunião no Hotel Nacional, que configuram uma posição de Governo, uma posição, como eu disse, com conotações de demanda, de vinda de capitais estrangeiros dessas empresas — quem pede alguma coisa está disposto a conceder algo — e com uma conotação de subserviência, onde se procuram dar explicações sobre aqueles pontos de Legislação nacional que não são do agrado total dessas empresas e que configuram uma posição de Governo que já é nitidamente, menor, perante este poder maior, que é o das multinacionais, tido como absolutamente indispensável e condição necessária ao prosseguimento do nosso desenvolvimento.

Essa atitude global do Governo é que nos preocupa e contra ela protestamos, assinalando que, felizmente, ainda existem pontos de resistência. Mas, tudo indica que esses pontos se estão tornando vozes isoladas e, cada vez mais, minoritárias, dentro de uma filosofia de Governo que se vai afirmando, neste sentido de que o País não pode prescindir das multinacionais e que algo tem que ser dado a elas para que venham e tomem conta deste promissor mercado que se oferece à sua atuação.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Permite V. Ex^a só mais esta intervenção? (assentimento do orador.) V. Ex^a mesmo confirma e anuncia que as multinacionais podem ser importantes para o desenvolvimento nacional. Podem significar etapas, ou queima de etapas de desenvolvimento, que elas são importantes na medida em que elas trazem **know-how** e trazem capital. O que é importante é que elas só sejam estruturadas juridicamente de molde a que a economia nacional não seja alienada. Essa, a preocupação de V. Ex^a E quando V. Ex^a diz que a preocupação, a posição do Governo é global, favorável a uma alienação, e anuncia a resistência do Ministério da Indústria e do Comércio, e anuncia a resistência do Ministério das Minas e Energia, e anuncia expressamente a resistência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e não aponta nesses pressupostos de V. Ex^a nenhum órgão governamental que se tenha expressamente colocado em anteposição a essa ordem, para, simplesmente, concluir que essas posições são isoladas contra uma posição global do Governo, confesso-lhe que fico tremendamente preocupado, e até certo ponto assustado. E sei da responsabilidade de V. Ex^a...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Assustados estamos todos nós!

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — ... e, sobretudo da honestidade intelectual de V. Ex^a, que não traria, não faria mero jogo de pa-

lavradas para contestar a posição do Governo num assunto de *tammanha envergadura como é o das multinacionais, que pode significar, neste ou naquele setor, a alienação da economia brasileira, contra a qual todos nós situamos*. V. Ex^a se recorda; não faz muito, um Ministro de Estado admitiu a possibilidade — e aí nem foi *alienação* — admitiu a possibilidade de contratos de risco para *prospecção* de petróleo, que era de domínio estatal, e houve uma reação *confusa* e uniforme da ARENA e MDB, contra isso. Esse pensamento, *é, me parece, o pensamento de defesa da não alienação do patrimônio nacional, da riqueza nacional; é pensamento do Governo, no seu sentido global*. O que posso entender é que V. Ex^a esteja com receios de que algumas vozes isoladas, que pretendem a alienação global, venham a ter sucesso. Se V. Ex^a colocasse assim o problema eu ficaria muito mais tranqüilo, muito mais feliz, na certeza de que essas vozes isoladas não conseguiriam o seu objetivo, como não acredito que essa globalidade de pensamento, contra o qual se situam grandes estruturas governamentais, não chegaria ao seu final. Mas, *é válida, é importante e é momentosa — não o protesto — mas a advertência de V. Ex^a* Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Agradeço o seu aparte. Digo a V. Ex^a que se estivesse tranqüilo, tanto quanto V. Ex^a está ou manifesta estar, eu jamais faria este pronunciamento, nesta tarde.

Não estou tranqüilo, Sr. Senador. Acho que, realmente, a filosofia de Governo foi, inicialmente, afirmativa em relação a essas empresas, caracterizando bem o que elas podem trazer de benefícios para a nossa economia, que é sobretudo a tecnologia; não tanto o capital — o capital em segunda prioridade — mas, principalmente a tecnologia, tecnologia essa que só pode ser absorvida pela economia, pela empresa nacional, na medida em que se fazem associações do tipo em que o empresariado nacional e os técnicos nacionais trabalhem juntos, nas pranchetas, com os técnicos estrangeiros, absorvendo a tecnologia e transplantando-a para a economia nacional. E a política, a filosofia, colocada com essas diretrizes, me parece bastante acertada, como foi inicialmente. Mas, o que se está verificando é *uma posição de recuo gradativo do Governo, naturalmente preocupado com o problema do balanço de pagamentos, querendo, não digo a qualquer preço, mas a algum preço, aumentar o fluxo de ingresso de capitais estrangeiros para balancear melhor o nosso deficit de conta-corrente no balanço de pagamentos*.

Então, o que está havendo é uma nítida mudança em relação àquela orientação inicial do Governo, no sentido de se fazerem algumas concessões à empresa estrangeira para que venha com capitais em maior abundância, em maior quantidade. É contra isso que estamos nos batendo, porque achamos que a empresa multinacional tem, sim, um papel a representar, — aí concordo com V. Ex^a, no sentido de que ela pode nos dar algo, em termos de tecnologia — mas vamos procurar tirar isso em benefício da economia nacional, e nunca a ponto de deixar que essas empresas dominem completamente mercados setoriais, como já dominam em alguns casos no Brasil, e que venham a dominar outros, principalmente, e é preciso que se faça referência especial ao setor de produção de equipamentos, que é o *grande veio a ser explorado no momento, na nossa economia, e que está ameaçada de invasão inação por parte dessas empresas que têm o que nós não temos: a tecnologia de produção desses equipamentos mais avançados. Essa, a nossa preocupação*.

Vamos procurar fortalecer as nossas empresas, as nossas multinacionais. E que essa reação saudável e positiva, que V. Ex^a muito bem ressaltou em relação à PETROBRÁS, se verifique também em relação à Vale do Rio Doce, à ELETROBRÁS, à USIMINAS, à USIMINAS MECÂNICA e a todas as outras empresas, que são as nossas grandes empresas, as nossas multinacionais. Que possam, também, ser fortalecidas dentro de um consenso nacional que as ampare, que as fortifique e lhes dê condições para enfrentarem a grande barganha com a empresa multinacional estrangeira.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Permite V. Ex^a um aparte, *nobre Senador Roberto Saturnino?*

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Com muita honra.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Sobre tudo em homenagem ao conhecido característico de V. Ex^a, de honestidade intelectual, que gostaria de dar o aparte. Parece-me ter ouvido, quando V. Ex^a iniciou seu discurso, uma expressão que me preocupou. Por isso, começaria por perguntar se realmente teria ouvido bem quando V. Ex^a teria dito que os encontros, que atualmente estão sendo promovidos com a presença de Ministros brasileiros junto a representantes de multinacionais estrangeiras, significam a subserviência do Governo brasileiro. Se ouvi essa expressão de V. Ex^a, parece-me muito forte. Eu ousaria opor um reparo a ela porque não creio que em nenhum passo desses entendimentos o Governo brasileiro tenha chegado diante de qualquer poder econômico extranacional em posição de pedinte, em posição de quem recebe ordens ou de quem aceita imposições — o que seria, praticamente, receber ordens. Creio que o que se passa — e digo isto com a ressalva que fez, também, o nobre Líder Senador Osires Teixeira, de não ser assunto de minha especialidade — é apenas uma tentativa de colocação dos problemas numa mesa-redonda, numa discussão ampla e franca, para que, depois, o Governo chegue às suas conclusões. Ora, paralelamente, o Congresso está exercendo, no seu direito soberano, o princípio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa Comissão deve chegar a alguma conclusão, e o Governo, independentemente das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, tem informações preciosas para resguardar os interesses superiores do Brasil. De maneira que me parece que a expressão de V. Ex^a não é feliz, e é contra ela que faço este reparo. Não creio que *nenhum dos Ministros brasileiros que têm participado dessas conferências tenha chegado lá em postura de subserviência, mas, apenas, com os ouvidos abertos, mas com a mente muito arejada para poder, em relação às transnacionais — que preferia chamar assim, de acordo com uma tendência mais moderna — saber em que elas nos podem ser úteis, sem, no entanto, correremos o risco de desnacionalização dos nossos objetivos*. Era este o aparte que queria dar a V. Ex^a

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Nobre Senador, eu disse, realmente, que via neste quadro uma conotação de subserviência por parte do Governo, e explico por quê. São reuniões a que não tem acesso a imprensa, não tem acesso, por conseguinte, a opinião pública nacional, onde não têm acesso parlamentares brasileiros. Tive notícia de que dois Deputados federais tiveram impedida a sua entrada no local da reunião, onde circulam documentos elaborados por essas empresas, cheios de críticas aos aspectos das legislações e da política do Governo brasileiro, aspectos esses sobre os quais os Ministros que comparecem a essas reuniões são obrigados a dar explicações. Como V. Ex^a sabe, em toda reunião secreta, de caráter sigiloso, transbordam informações, às vezes verdadeiras, às vezes falsas e nunca se pode conferir o verdadeiro sentido do diálogo então travado. As informações que, por exemplo, a mim têm chegado, são de que Ministros brasileiros têm admitido, nesses encontros, a possibilidade de rever alguns desses pontos considerados prejudiciais aos interesses das multinacionais, se bem que eu, pessoalmente, acho todos eles *extremamente importantes, sob o ponto de vista dos interesses nacionais*.

Tudo isso nos leva a ver esses encontros, esses diálogos, essas verdadeiras sabatinas, como uma posição menor, diminuída, do Governo perante um poder, que é o das multinacionais, cuja contribuição o Governo quer atrair à custa de concessões, pequenas que sejam, mas que, de qualquer forma, achamos perigosas e prejudiciais.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Em prosseguimento, em desdobramen-

to desse raciocínio de V. Exª, justamente, é que fiz a observação. Pareceu-me que a caracterização de subserviência era muito severa e muito despropositada, se V. Exª me permite o termo. Que ela possa ser constrangedora para os nossos brios nacionais, analisando-as à distância como estamos, é outro assunto a discutir. Eu, de mim confio no patriotismo e sobretudo nas instruções que os Ministros brasileiros têm, no momento em que aceitam discutir essas teses em caráter de assunto privado, reservado. V. Exª tem muita razão quando fala que essas reuniões secretas não são tão secretas assim. Elas sempre — e isso me parece um grande mal — deixam vazamentos. E esses vazamentos, por vezes, não traduzem exatamente aquilo que se passou em realidade. Daí o perigo da reunião secreta. Acho que em política, por exemplo, não deveria haver nunca. Estamos cansados de verificar reuniões secretas e, no dia seguinte, ler várias versões de uma mesma reunião. Por isso que elas foram secretas. A acreditar em George Bernard Shaw, ele dizia que segredo de três, só quando dois estão no cemitério e três quando são mulheres. De maneira que, a partir daí, V. Exª verifica que segredo é extremamente difícil de ser mantido. Mas creio e insisto com V. Exª que não haverá o menor risco de termos posições como já tivemos no passado. Desgraçadamente, no passado o poder de barganha brasileiro foi tão fraco que tivemos até de nos arrepender de algumas frases famosas de Ministros da Fazenda que nos deixaram com o brio nacional totalmente ferido. Houve até casos de Ministros que tiveram de se demitir da Pasta e entregar — como me acena o nobre Senador Benjamim Farah — o chapéu porque depois da frase infeliz não puderam manter-se no cargo. Mas, não creio que seja este o clima atual. Evidentemente, como V. Exª acabou de salientar, diante da conjuntura econômica mundial, a luta pela exportação é uma garantia para que possamos diminuir o déficit da conta-corrente nacional. E essa luta, estou absolutamente convencido de que ela se fará segundo os melhores interesses nacionais. Agora, como o negócio é barganha, é evidente que as nossas próprias multinacionais — quando vão, como por exemplo a PETROBRÁS, furar poços nos países árabes — barganham o que podem. Acredito que se a PETROBRÁS pudesse ter feito contrato de risco em que ela retivesse 30% do óleo, ela não se contentaria com os 15%. Mas, infelizmente, ela só pode obter os 15%, no melhor dos seus negócios. Creio que esses negócios poderão conduzir a uma quebra de determinadas prevenções contra a chamada estatização furibunda do Governo brasileiro, que, ao contrário do que V. Exª agora defende, outros acusam. Justamente por isso, acredito que esse diálogo é útil, a menos que, depois de encerrado, nenhum dos nossos Partidos venha a tomar conhecimento do que lá se passou. Aí, eu daria a mão à palmatória de V. Exª

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Espero que isso não aconteça, nobre Senador Jarbas Passarinho, e fico satisfeito com a identidade de pontos de vista, expressa no aparte de V. Exª

Sr. Presidente e Srs. Senadores, aqui fica este pronunciamento, carregado, sobretudo, do receio de que, realmente, essas empresas gigantes, cujo poder transcende o de muitos e muitos Estados nacionais, venham, agora, decididamente a invadir o território nacional, na falta de oportunidades alternativas, na medida em que os seus mercados tradicionais da Europa, Canadá e Japão, entram em crise minguate e quando o Brasil aparece como a economia ascendente, que chega até a surpreender os experts de todo o mundo.

O Sr. Mauro Benevides (Ceará) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides (Ceará) — Senador Roberto Saturnino, V. Exª, durante o seu pronunciamento na tarde de hoje, focaliza vários aspectos do problema relacionado com as multinacionais. Permito-me, neste instante, ressaltar, como um adendo ao discurso

de V. Exª, a inoportunidade desse encontro que se realiza no Hotel Nacional.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — A portas fechadas!

O Sr. Mauro Benevides (Ceará) — Não sei em que época ele foi programado, mas o que posso ressaltar, neste momento, é que esse simpósio do Hotel Nacional se realiza concomitantemente com os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara dos Deputados, tendo por objetivo primordial a aferição da influência das empresas multinacionais no território brasileiro. É pode-se mesmo chegar à evidência de que, diante da presença de Ministros de Estado, no Hotel Nacional, se pretende estabelecer um confronto de prestígio entre o simpósio e a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Tem V. Exª toda a razão. O aparte de V. Exª é extremamente oportuno e só vem reforçar toda a argumentação aqui exposta.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Com prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Meu prezado colega de representação fluminense, expendendo as suas idéias, com o brilhantismo que lhe é peculiar, sinto-me até satisfeito por ter permutado minha inscrição com V. Exª. Mas no instante da sua peroração, quando se reporta ao simpósio que está sendo realizado no Hotel Nacional, e que mereceu o aparte do eminente e digno Senador Mauro Benevides, só queria dizer o seguinte, como velho morador do Hotel Nacional — saí de lá recentemente: não há nada secreto no Hotel Nacional. Não há lugar mais devassado, porque é impossível que alguma coisa ali se realize, assim, maçonicamente. Nem o Itamarati, quando faz alguma reunião no Hotel Nacional, consegue estabelecer segredo. O ambiente de garçons, maitres, hóspedes torna tudo aquilo devassado. Este é um depoimento que quero dar, pois tenho a impressão sem querer avançar nenhum conceito — de que não há propriamente, assim, uma característica secreta. O termo mais adequado seria talvez reservado? Como V. Exª sabe, Brasília não tem esquina e o único local de fofocas que existe aqui em Brasília é o Hotel Nacional. Lá se sabe de tudo. Há vários restaurantes. Eu não estou fazendo promoção do Hotel Nacional, porque sempre fui um hóspede que pagou rigorosamente em dia as suas contas, mas ali se sabe de tudo. É um fato igual à polícia secreta de Portugal, onde se coloca na lapela: "Secreta." Ontem mesmo estive por lá e vi, à noite, vários membros desse simpósio com a etiqueta mostrando a reunião de que faziam parte. Tenho a impressão — e devo ressaltar que V. Exª está fazendo um discurso elevado, como muito bem salientou o Senador Jarbas Passarinho — tenho a impressão, repito, de que talvez não haja nenhuma coincidência entre a CPI que se realiza soberanamente pelo Congresso e a reunião marcada por alguns empresários, aqui em Brasília. Vai me desculpar V. Exª, que é versado nesse assunto, sou um político modesto que faz assim como "Clínica geral". V. Exª faz cirurgia especializada, eu não! Receito assim pelo pulso, pelo ambiente; é um radar que a política confere. Acho que a multinacional é covarde por natureza. Não enfrenta quem quer que seja. Parece-me que está havendo, por parte de alguns, um certo radicalismo. Esse pessoal todo é do Whisky, é do Gin. Eles não representam coisa alguma. Aqui, em Brasília, data venia, são elementos, não sei bem como classificá-los. V. Exª, Senador, conhece bem isso, sou de outro setor, mas, me parece, são falsos executivos — não sei se estou classificando acertadamente mas, me parece que sim — são homens das noitadas, loucos que as reuniões acabem para ir à bolte Tendinha do Hotel Nacional. São falsos *societies*. É uma reunião da qual tudo se sabe. V. Exª está sabendo tudo e V. Exª não tem o SNI. V. Exª, talvez, tenha um outro,

diferente! é o Serviço Saturnino de Informações. Quer dizer, diferente. Tudo o que se está passando lá, chega ao conhecimento de V. Ex^a. Sabemos que não há nada secreto. Nada! Principalmente em Brasília, onde as paredes têm ouvidos. Em Pernambuco, talvez, pudesse haver alguma coisa secreta. Mas aqui em Brasília, não, tudo é aberto. Perdoe-me. Parece-me, com o devido respeito, que não deveríamos estabelecer uma correlação entre a CPI que investiga corretamente o problema das multinacionais, e, aliás, dentro da tese do Presidente Ernesto Geisel, que fez a pergunta. Acho que a CPI está dentro desse desafio — se a multinacional é um bem ou um mal para o País. E a reunião do Hotel Nacional tenho a impressão de que está cheirando a whisky. E, às vezes, whisky de má qualidade, o que é muito pior.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Nobre Senador, agradeço o aparte simpático de V. Ex^a. Agradeço, também, o cavalheirismo do gesto de me ceder a sua inscrição. O aparte de V. Ex^a é tranquilizador. Permita V. Ex^a, entretanto, que expresse um sentimento de intranquilidade maior do que o que tem V. Ex^a. Acho que realmente, se das reuniões transpira muita coisa, muita parte dos diálogos ali travados, a falta de acesso da imprensa, e de representantes do Congresso, dá aquela colocação...

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Porque esses homens são inábeis. Não é expressão parlamentar: — são burros. Porque podiam colocar perfeitamente observadores parlamentares e jornalistas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Então, contra essa inabilidade, ou burrice, aqui fica o nosso protesto, porque está acontecendo neste País, não diria propriamente um confronto entre a posição do Legislativo e a do Executivo, mas um confronto entre duas posições distintas que estão no Executivo e no Legislativo: uma, de concessões, gradualmente crescentes, às empresas multinacionais e outra, de resistência, de defesa dos interesses nacionais. Estas duas posições são de confronto. Acho que todas as oportunidades são válidas para fortalecer aquela que nos parece mais válida, que é a da defesa dos objetivos e dos interesses nacionais.

Sr. Presidente, eram estas as observações que queria fazer, agradecendo a atenção dos nobres Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não é sobre as multinacionais que irei falar, — as multinacionais que acabam de ser atacadas pelo nobre Senador Roberto Saturnino — mas sobre um assunto que foi, há alguns dias, muito debatido nesta Casa e que a todos nós sobremodo interessa.

Festejamos, há menos de um mês, o décimo quinto aniversário da inauguração da nova Capital do País. Não tendo a honra de integrar nesta Casa a Comissão do Distrito Federal, animo-me, entretanto, como seu morador de mais de doze anos, a ocupar esta tribuna para falar a seu respeito, no momento, aliás, em que tanto se debate o assunto.

Confesso, desde logo, que sou admirador e defensor de Brasília, mas compreendo os que lhe fazem restrições. Construída no planalto inóspito e inacessível, em tempo recorde espantoso — 36 meses, quando, normalmente, um simples edifício de apartamentos, em uma grande cidade, como São Paulo e Rio de Janeiro, mercê dos obstáculos da nossa construção ainda artesanal, leva mais ou menos o mesmo tempo —, Brasília importou em carga demasiado pesada para a nossa geração e ainda sobrecarregará algumas das gerações vindouras. Muitas dores já nos exigiu para chegar ao seu estágio de hoje, e outras muitas nos imporá ainda, até produzir, à evidência, todos os frutos que dela se esperam. Basta atentar para os problemas de abastecimento e de trânsito que o Rio de Janeiro enfrenta atualmente e considerar a enorme população que a nova Capital Federal

já hoje acolhe, de 800.660 habitantes, segundo estatística da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), enquanto há quem a estime em perto de um milhão, — para bem avaliar a sua importância na solução do nosso grave problema populacional.

Experiência

Razoável experiência, aliás, possuíamos nós para construir cidades planejadas. Sem falar em Recife, fundada há três séculos pelo príncipe Maurício de Nassau, que tanto se preocupou com os seus aspectos culturais e artísticos, — tivemos, no começo da República, Belo Horizonte, e, logo depois da Revolução de 1930, Goiânia, ambas no *hinterland*, como Brasília. Vale, quanto a esta, destacar que, ao decidirmos construí-la, desprezamos as facilidades do litoral ou a conveniência das boas terras para embrenhar-nos pelos ínvios sertões e carrascais improdutivos, já agora não em busca das pedras preciosas, que atraíram os paulistas de São Vicente, mas com vistas à integração nacional, ainda que à custa das maiores dificuldades e dos maiores sacrifícios. Não foi imolado ao Brasil do futuro o grande Bernardo Sayão?

E por sinal curioso fixar que as três cidades planejadas são de iniciativa e realização de mineiros que, assim, desmentiram as características de conformados com a rotina e o conservadorismo que lhe emprestam. Bem ao contrário, realmente, entregues à turbulência e à trepidação construtivas, afirmaram-se no ímpeto renovador, preferindo, para o desenvolvimento das cidades queimar etapas e acelerar-lhes os passos, em vez de deixá-las crescerem como crescem as crianças, vencendo regularmente as fases da infância, da adolescência e da maturidade.

Erros

Ninguém pode negar sem dúvida, os erros e as falhas na construção de Brasília, responsáveis pelos seus problemas ofuscantes, realçados nos desajustamentos no plano ecológico como no sociológico, que até lhe dão aspectos de cidade de passado longínquo a despeito de sua moderna beleza arquitetônica, que despertou o entusiasmo de André Malraux, e foi por ele chamada de Cidade da Esperança. Tais erros e falhas são responsáveis ainda pelos seus problemas humanos de hoje, o homem mais solitário na solidão dos carrascais, mais angustiado na angústia de desenraizado de suas origens, psicologicamente desajustado do novo meio, a que o trouxeram a necessidade de trabalho e a ambição de melhoria de vida.

O Arquiteto

No planalto ressequido e abandonado pelo tempo a tona, inseriram-se, com prioridade sobre o homem, os produtos do gênio do arquiteto e do urbanista. Fez-se o corpo sem considerar a alma que lhe daria vida. Nada, para a sua construção, de recorrer a um sociólogo, a antropólogo, biólogo, psicólogo, geógrafo, geólogo, ecologista, cientista social, como magistralmente salientou Gilberto Freyre. A 12 de outubro de 1958, o Seminário Internacional "sobre criação de cidades novas", que a UNESCO promoveu no Rio, concluiu pela necessidade do planejamento regional, nacional e continental, "baseado nos fatores humanos, geográficos e econômicos, e confiado a uma equipe na qual os arquitetos deverão colaborar desde o princípio, de uma maneira efetiva".

Não desconheceu o Seminário, a que compareceram altas expressões da inteligência e cultura de todo o Mundo, a importância do arquiteto, mas lhe atribuiu a situação de *colaborador*, pois, no caso da construção de novas cidades há problemas de toda ordem a serem considerados por especialista de ciências sociais e humanas, que o arquiteto não tem obrigação de ser.

Os Construtores de Brasília

Por isso mesmo, Brasília ficou mais voltada para a estética do que para a vida, muito bem o assinalou no mesmo seminário o

crítico de arte Romero Brest; e dentro de uma planificação excessiva "para uma democracia", na expressão do Professor Bruno Zevi, do Instituto Superior de Arquitetura da Universidade de Veneza.

Neste planalto sem fim, a natureza não opôs ao Homem limitações expressas em montanhas, rios e grandes depressões. Mas o arquiteto e o urbanista foram soberanos na determinação das linhas da cidade, dentro dos seus 5.814 Km² de superfície.

Brasileiros

A cidade planejada ditatorialmente iria ser construída por brasileiros vindos de todos os pontos do território nacional. Começando em outubro de 1956, com a presença de altas autoridades do País, em julho de 1957, segundo o IBGE, já se encontravam 12.700 pessoas na cidade propriamente dita e em Planaltina e Brazlândia. Em fevereiro de 1958, 8 meses depois, sua população, ainda conforme levantamento do IBGE de 12 de março de 1958, chegava a 28.804 habitantes, num aumento incrível, de 2.000 pessoas por mês. Em levantamento de maio de 1959 (Censo Experimental de Brasília), 14 meses depois do segundo, apurou-se a existência de uma população de mais do dobro da anterior, ou seja, 64.319 habitantes.

Já a esse tempo, construíram a nova Capital os Brasis do Nordeste e do Centro-Sul, incluídos desde o distante Piauí ao poderoso São Paulo: 23% de seus habitantes eram goianos; 20,3%, mineiros; 13,5%, baianos; 7,4%, cearenses; 6,3%, pernambucanos; 6,1% paraibanos; 5,3%, paulistas, e 4,6%, piauienses. Espanhóis, italianos, portugueses e japoneses constituíam 2%. A média das idades de seus habitantes chegava a 22 anos, o que significa grande produtividade. E a população ativa de Brasília alcançava então a 35.201 pessoas, na sua grande maioria empregada em construção, isto é, 54,7% da sua população total de 64.319 habitantes.

Para Construir o Futuro

Vale a pena repetir a velha história. Na grande pedreira, em que trabalhavam numerosos operários, alguém perguntou a um deles:

— Que faz você aí?

A resposta veio pronta, alicerçada na desesperança:

— Estou quebrando pedras.

A mesma pergunta foi feita a outro trabalhador, que respondeu menos desencantado:

— Trabalho para manter minha família.

Sabedor de que as pedras se destinavam aos alicerces de um templo católico, um terceiro operário, interrogado, deu ao seu trabalho um sentido de grandeza:

— Estou construindo uma catedral.

Os Verdadeiros Construtores

Ressalto o que ouvi de um dos eminentes planejadores de Brasília, surpreso pelo fato de haverem os candangos decidido aqui permanecer quando esperava regressassem às suas terras de origem. Para ele, foi isso que ocasionou o aumento populacional imprevisto da nova Capital, com a manutenção até do Núcleo Bandeirante, planejado para ser demolido tão pronto se inaugurasse a cidade. Lembrei, então, ao ilustre brasileiro, que os candangos tinham mais direito que nós a residir em Brasília, pois que eram seus construtores, e na sua construção haviam dado o melhor de suas energias.

Observou o eminente urbanista que foi por isso que a nova Capital de 15 anos ficou cercada de cidades-satélites, que tira o tempo de lazer dos mais pobres e ainda os onera com despesas de transportes, quando a idéia dos arquitetos era que residissem nas quadras menores do próprio Plano Piloto.

A verdade, entretanto, é que os brasileiros para Brasília vieram como numa Santa Missão. Se buscavam o trabalho no plano de interesse material, traziam também no coração a chama do Brasil Futuro, do Brasil Grande e sobretudo do Brasil Gente. E de tal modo se adentraram eles no apreço e na gratidão do nosso povo que o termo *candango*, que os definira, mudou de significação, deixou de

ser "indivíduo ruim", como na sua primitiva tradução do angolês, e passou a significar o pioneiro, o herói da construção de Brasília, como ainda há dias ressaltai ao falar do Novo Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda.

Aumento da População

O aumento da população continuou, mais nutrido pelas novas migrações. Assim, ganhou Brasília rapidamente alta densidade demográfica. Já em 1960, ano em que foi inaugurada, tinha uma população de 141.742 habitantes; em 31 de outubro de 1964, alcançava 268.315; em 1965, 314.000; em 1966, 359.800; em 1967, 405.500; e em 1968, 451.200, atingindo em 1969 os 500.000 habitantes para os quais foi planejada. O aumento de população se elevou, assim, de 1964 para 1968, a 68,2%, e, de 1964 para 1969, a cerca de 86%. E permanece em espiral o crescimento demográfico: em 1970, 546.015 habitantes, dos quais 22% (Censo do IBGE) nascidos aqui; em 1973, 710.916; em 1974, 761.624; e 1975, 800.660. Pelas previsões da CODEPLAN, terá em 1976, 839.859, em 1977, 880.720; em 1978, 923.348; em 1979, 964.393; em 1980, 1.007.126.

Diga-se ainda que se trata de cidade exclusivamente consumidora, e que apenas menos de 4% de seus habitantes vivem e trabalham na zona rural.

Reação da Cidade Viva

A realidade aí está como uma esfinge, desafiando a imaginação criadora dos administradores para enfrentá-la. E diante da planificação excessiva para uma democracia, a que foi submetida a nova Capital federal, na observação do Professor Zevi, vale indagar como se vem conduzindo a cidade viva em relação à cidade planejada.

Sabemos todos como se formaram as primeiras cidades, desde a da Mesopotâmia: de início pela necessidade da cooperação e depois como fortaleza, defendidas por muros. Rígidas eram as ordenações em defesa da saúde pública, por exemplo, mas havia uma larga margem para a liberdade do Homem. E nunca o Homem respeitou nem mesmo a Natureza, cujos obstáculos vencia — e temos o exemplo, mais próximo no tempo e no espaço, do Rio de Janeiro.

Como os anônimos construtores e novos habitantes de Brasília se têm comportado diante da camisa-de-força que lhes impuseram o arquiteto e o urbanista?

A esse respeito, cumpre realçar que Brasília já não se distingue apenas pela beleza impossível dos seus palácios, pelos encantos de sua arquitetura, senão também pelas afirmações de sua personalidade.

Não desejo alongar-me a respeito das manifestações de vontade da cidade viva em face da cidade imaginada pelo gênio do arquiteto. Mas ressalte-se que a Avenida W-3, embora planejada para não ter maior significação — com apenas um lado comercial e outro ocupado por fundos de casas residenciais — desde os começos se impôs como a via de comércio mais importante da nova Capital federal, onde grandes bancos se acotovelam com quitandas e menores e maiores casas de negócios, num espetáculo de democratização bem condizente com as nossas características de raça e cultura.

Outro exemplo de contestação da cidade viva contra a cidade imaginada. Os seus primeiros edifícios residenciais, projetados e construídos sem garagem, indicavam antes o uso do transporte coletivo do que do automóvel. Breve, no entanto, o espaço do andar térreo dos edifícios sustentados em pilotis se abriu para abrigar os automóveis dos seus moradores, e as novas construções já hoje se projetam e se constroem com garagens subterrâneas. No Plano Piloto, há, segundo as estatísticas, um carro para cada cinco habitantes, e, na grande Brasília, 2 carros para cada 15 pessoas. O que se diz, aliás, é que o automóvel representa as mãos e as pernas dos moradores de Brasília.

Deu, assim, o novo habitante de Brasília uma de independência e amor à liberdade, no que exprimiu características positivas da nossa gente, e corrigindo, ademais, desacertos condenados pelo próprio passar do tempo.

Acertos

Cumpra, entretanto, considerar, Sr. Presidente ao lado das falhas e erros que marcaram a construção de Brasília, os benefícios e acertos que a distinguem.

Num esforço conjunto de brasileiros de todas as camadas sociais e de todos os quadrantes do nosso território, que se associaram para a obra comum de integração nacional, aqui se reafirmou a capacidade de empreendimento do nosso povo e se estreitaram os laços da nossa unidade.

Aqui, como já disse, não se instalou a nova Capital federal porque fosse a região uma canaã dádiosa, de abundância de águas e terras férteis, de pedras preciosas e subsolo privilegiado para enriquecimento de alguns: instalou-se ela, ao contrário, num desafio incriavelmente penoso, para benefício de todos os brasileiros, especialmente dos abandonados nos longes dos ermos sem-fim, sem água tratada, sem terras férteis, sem riquezas minerais.

Neste carrascal agreste e áspero como as caatingas de mandarocarú do pior Nordeste, marcou-se, ademais, o ponto de encontro do longínquo Norte solitário e pobre com o poderoso progressista Centro-Sul; do Nordeste sofrido e ressequido como o Planalto altaneiro e sáfaro, todos unidos para um duro trabalho coletivo de construção e fraternidade. Aceitou-se o desafio do cerrado inóspito e árido, jamais habitado, para dar-lhe vida, fazê-lo acolhedor, e nele implantar, quase diria, a civilização dos tempos modernos, o Brasil do século espacial. O presente se dispõe aos sofrimentos e aos sacrifícios, reclamados por uma obra sobremodo áspera e erigida de dificuldades, para conciliar-se com o bem-estar do futuro.

Nova mentalidade

No arquipélago que é, em vários campos, o nosso País, Brasília se apresenta, assim, como centro de convergência, de interligação e equilíbrio. Aproximam-se, através dela, perdidas ilhas extremamente desiguais nos seus estágios de desenvolvimento — vitimadas pelo atraso, umas, e outras, privilegiadas pela cultura e pelo progresso — a fim de que se ajudem mutuamente e promovam o engrandecimento do todo, reduzindo-se as que nos separam internamente para, fortalecidos, melhor reduzirmos as que nos distanciam das nações adiantadas.

Neste mundo de problemas e obstáculos que é Brasília, gera-se uma nova mentalidade propulsora do futuro, alicerçada no espírito criador através dos clarões da arte do Brasil novo, que a Arquitetura espelha e engrandece. E o gênio do arquiteto não se sente em camisa-de-força, contido entre as explosões da criação e as fronteiras da realidade, porque aqui a Natureza lhe abre o sinal verde para todas as aventuras do espírito, numa autêntica festa de liberdade.

Toynbee

Arnold Toynbee, que por cá esteve em 1967, publicou um livro de impressões sobre o Brasil, em que diz que Brasília “é alguma coisa de novo na história humana”, acrescentando que “nós não podemos prever o que ela pressagia”. “A criação de Brasília — acentua — é um ato de afirmação própria, um acontecimento na História da Humanidade em conjunto, mas as mãos humanas que construíram Brasília são mãos brasileiras”.

Recordo, ao falar de Brasília e ler estas palavras de Toynbee, a Cidade de Leningrado, que visitei faz poucos anos, plantada quase sobre pântanos pela férrea vontade de Pedro, O Grande, em meados do século XVIII. Vi a primeira casa que ali se construiu, pequena e de madeira, e onde o Imperador permanecia largo tempo para acompanhar, de visu, o levantamento da cidade, de cujas obras participou como simples operário, embora seu status imperial. Ao contrário da motivação de Brasília, criada para interiorizar o Brasil, para incentivar a ocupação dos nossos infundáveis espaços vazios, desabitados, a antiga Cidade de São Petersburgo foi criada como uma porta de saída da Rússia, numa afirmação de anseio e vontade de evasão das longas fronteiras do País. O Czar voluntarioso — que queria, porque

queria ocidentalizar os russos até na sua indumentária, hábitos e modos, a ponto de chegar a punir quem usasse barbas longas — não hesitou em face das dificuldades à primeira vista insuperáveis ao cometimento que antes parecia um sonho, e abriu finalmente caminho, através do Mar Báltico, para que seu povo respirasse os ares da Europa.

Quem quer que viaje por fora do Brasil, rápido verificará a repercussão de Brasília, e bem avaliará a importância que lhe dispensa o estrangeiro. Ouvem-se, freqüentemente, referências à nova Capital, que provoca geral interesse e admiração. Pode-se dizer que os nomes que mais se ligam, lá fora, ao nosso nome e nos tornam mais conhecidos em todas as áreas, especialmente as populares, são os de Brasília, que sensibiliza quantos a conhecem pelos lampejos de gênio artístico que reflete e pela arrojada capacidade construtiva através da qual nos afirmamos, e Pelé, que ainda aos 34 anos desperta o interesse dos americanos em tê-lo como integrante de um de seus clubes de futebol e leva Henry Kissinger a dirigir apelo nesse sentido ao Chanceler Azeredo da Silveira, que o transmite ao jogador, “seguro de que sua permanência nos Estados Unidos contribuirá, de forma muito significativa, para uma maior aproximação” entre os dois países.

Consideração devida

Srs. Senadores:

Será que nós, elites dirigentes, estamos tratando Brasília com a consideração devida, dando-lhe o valor que ela merece e ajudando-a a consolidar-se e a crescer?

Que fazemos nós para conferir-lhe, à bela cidade, a indispensável infra-estrutura, com que possa corresponder aos apelos do presente e às esperanças e acenos do futuro? Temos nós consciência da responsabilidade que nos pesa, qual a de empenhar esforços no sentido de assegurar à Brasília os elementos com que alcançará os seus nobres objetivos?

Construída entre 1957 e 1960 — em 3 anos, portanto — logo nos anos subseqüentes à sua inauguração, Brasília perdeu o ritmo acelerado que lhe caracterizou os primeiros tempos, praticamente estagnou. Parecia anquilozada, avelhantada e vencida, a cidade que recém-amanhecia. Tudo parou, ao jeito de um fim melancólico, num crepúsculo precoce, inesperado. Os edifícios subiam devagarinho, au ralenti, e o desalento era a nota dominante. Somente anos depois mudou a situação. E se, de 1956 a 1961, havia o Poder Público construído em Brasília 14.000 unidades residenciais, só entre 1967 e 1968 foi contratada a construção de nada menos de 11.000 unidades, e de lá para cá o aumento foi contínuo.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Confesso a V. Ex^a que não pretendo mesmo apartear-lhe, porque o encadeamento do discurso que V. Ex^a profere é de tal natureza perfeito — como de resto perfeito são todos os pronunciamentos de V. Ex^a — que lamento ter que quebrar essa magnífica continuidade. E tão-somente porque sinto que V. Ex^a já passa para outra orientação do seu pronunciamento e eu pretendia fazer uma breve menção às razões determinantes de um fato mencionado por V. Ex^a. Sem dúvida que Brasília, planejada pelo gênio de Lúcio Costa e arquitetada pelo mundialmente conhecido Niemeyer, tem, como teve, os seus defeitos, resultantes dessa figuração que V. Ex^a caracteriza muito bem, entre a cidade planejada e a cidade vivida. E quando V. Ex^a menciona que entre os anos de 1957 e os anos de 1960 a cidade sofreu o impacto de uma agressão para a sua consolidação, V. Ex^a viveu mais do que eu o episódio, já que V. Ex^a era Deputado Federal, salvo engano, à época em que se cogitava da transferência...

O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) — Eu era jornalista.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Então, pela mesma razão V. Ex^a acompanhava os acontecimentos políticos e pôde verificar que a construção de Brasília foi, sobretudo, resultante do destemor, da coragem e do patriotismo desenvolvido pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nos três anos do início da sua implantação era Presidente da República o brasileiro Juscelino Kubitschek. A vinda para o Palácio do Planalto do homem que não acreditava no Brasil Grande de hoje, que não acreditava no grande futuro desta República, que acreditava ser a Belém—Brasília a “estrada das onças”, foi o homem que paralisou Brasília, foi o responsável por esse estado de paralisação quase que completa das obras do Governo brasileiro. Posteriormente a isso, sucederam-se movimentos de ordem política que paralisaram não só Brasília, mas praticamente o Brasil todo, motivados por problemas de ordem intestina, de ordem institucional que culminaram com o afastamento — V. Ex^a bem o recorda — do então Presidente João Goulart. Com a restauração da ordem, com a vinda para o Palácio do Planalto do Presidente Castello Branco — e V. Ex^a situa bem o período, 1964/1967 — recomeçou, então, a construção de Brasília, começou a consolidação de Brasília que veio a tornar-se definitiva, justiça deva ser feita, com o Presidente Castello Branco que empenhou todos os esforços possíveis no sentido de eliminar, de uma vez por todas, as cogitações que ainda existiam de que Brasília era uma cidade inviável, porque situada numa área inviável, e que o Brasil só poderia crescer se continuássemos, como fizemos durante quatro séculos, caranguejando pelo litoral brasileiro, com a sede administrativa lá situada. Dois homens foram os responsáveis pela consolidação de Brasília, em termos de ação Governamental: o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que a transferiu, e o Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, que iniciou, efetivamente, o seu processo de consolidação e a tornou irreversível, transformando Brasília naquilo que ela é hoje e que está muito bem retratada por V. Ex^a A Brasília que, vivida, foi assimilada pelo gênio brasileiro, crescendo, foi absorvida pela gente da terra, por homens do Nordeste, Sul, Norte, Leste e Oeste brasileiros e não brasileiros, transformando-se numa metrópole como qualquer outra metrópole desta República, com grandes e extraordinárias vantagens por ser a sede do Governo, mas com todos os problemas, com muitos dos problemas que existem nas grandes metrópoles, resultantes daquela miscelânea traduzida por V. Ex^a, os Bancos se acotovelando ao lado de pequenos armazéns, pequenos armazinhos e grandes casas de comércio numa rua projetada inicialmente para ser uma rua quase sem expressão, que é a Avenida W/3, e hoje é, de fato, a via mais importante do Distrito Federal. V. Ex^a traça, realmente, um quadro realístico de Brasília e só lamento que ele venha a conter este meu aparte, o ferir a dignidade e a altaneira da continuidade e da seriedade com que V. Ex^a está tratando o problema. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) — Ao contrário, nobre Senador, o aparte de V. Ex^a é altamente esclarecedor e pertinente, e eu o recebo com muita alegria. V. Ex^a é filho de Goiás, cuja capital é Goiânia, sem a qual não existiria Brasília. O Padre Antônio Vieira certa vez disse que sem o negro não teria havido o açúcar, e sem o açúcar não teria havido Pernambuco. Eu diria que sem Goiânia não teria havido Brasília, que se tornou possível, também, graças ao Sr. Juscelino Kubitschek, cuja tenacidade e fé lhe possibilitaram a existência. O Marechal Castello Branco, diz bem V. Ex^a, a consolidou. Muito obrigado a V. Ex^a pela sua intervenção, que tanto me honra.

Vou terminar, Sr. Presidente:

Brasília é hoje uma espécie de estuário da população brasileira, onde diariamente chegam, procedentes dos Estados mais diversos, numerosas famílias que compõem o seu crescimento demográfico.

Voltarei, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a esta tribuna para falar sobre problemas de Brasília, que requerem as nossas atenções. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ocupo esta tribuna para fazer um registro. Há 47 anos, precisamente a 1^a de junho, Vicente Lima, de saudosa memória, fundava, no Rio de Janeiro, o *Lux Jornal*, organização que faz os recortes das principais notícias publicadas em toda a imprensa do Brasil, distribuindo-os aos respectivos assinantes bem como aos setores focalizados.

Lux Jornal produz atualmente 120.000 recortes diários. Possui sucursais em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília. Os seus assinantes são altamente categorizados, entre os quais se destacam: Senado Federal, Câmara dos Deputados, Gabinetes Ministeriais, Governos Estaduais, Supremo Tribunal Federal, órgãos do Poder Judiciário e organizações comerciais e industriais, além de pessoas de destaque nas artes, na literatura, desportos, mundo científico e outros.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BENJAMIM FARAH (Rio de Janeiro) — Pois não!

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — V. Ex^a está prestando, neste fim de tarde, no Senado Federal, homenagem das mais justas a uma organização como a do *Lux Jornal*. Sem dúvida nenhuma, os recortes que essa organização faz, não só para órgãos governamentais, mas, sobretudo, para empresas brasileiras, são da mais alta importância, a ponto de, hoje, praticamente, nenhuma empresa brasileira de porte, nenhuma empresa brasileira que atue em determinados setores, com o sentido de ter conhecimento pleno do setor, pode prescindir da colaboração e da assinatura do *Lux Jornal*, pela correção e perfeição com que esse organismo fornece os dados setoriais ou globais de notícias publicadas em todo o Brasil para seus assinantes.

O SR. BENJAMIM FARAH (Rio de Janeiro) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem realçar meu modesto discurso. Realmente, essa empresa, com esse ramo de atividade, com esse tipo de participação no trabalho do desenvolvimento do País, presta a todos os setores uma grande contribuição em face do tumulto, da pressa e da falta de tempo, da multiplicidade dos afazeres.

Pelos relevantes serviços que essa digna empresa vem prestando no setor da informação, cumprimento efusivamente o seu atual Diretor, o Jornalista Alberto Lima, estendendo a todos os seus colaboradores as nossas congratulações e os melhores votos de êxito sempre crescentes para o *Lux Jornal*. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Será o suficiente, Sr. Presidente, para a breve comunicação que pretendo fazer à Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: é conhecida de todos a máxima de McLuhan de que o mundo se transformou numa aldeia global, dado o desenvolvimento dos meios da comunicação, com a presença da televisão, dos grandes meios de imprensa, do rádio, etc... Ainda temos, no jornal, o meio de comunicação, não diria mais eficiente, mas talvez o mais importante e o mais dinâmico de qualquer comunidade, porque o jornal de hoje não é mais o do passado — meramente informativo, mas é o jornal que opina, o jornal que dirige e que faz opinião pública.

Chego a me aventurar a dizer que a dinâmica de uma cidade pode perfeitamente se medir pelo número e pela qualidade dos seus jornais.

Por isso é que toda vez que um novo jornal aparece fico feliz e satisfeito porque sinto nesse aparecimento uma nova dinâmica.

Em Brasília, não faz muito, há menos de um mês, apareceu um novo diário, o *Correio do Planalto*, vespertino dirigido por jor-

nalistas de escol: Kleber Ribeiro, Carlos Augusto Badra, Consuelo Badra e Geraldo Seabra — que compõem a direção desse jornal.

Tenho a certeza de que o **Correio do Planalto**, como novo diário vespertino de Brasília, irá cumprir a sua missão, trazendo à comunidade as informações de que precisa na sua dinâmica e na sua necessidade.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para festejar o aparecimento, em meu Estado, de novo jornal, exatamente ao longo da Belém—Brasília, sobre a qual ainda há pouco falávamos — a **Belém**—Brasília que propiciou o aparecimento de novas e grandes cidades, cidades que se desenvolvem a ritmo acelerado, e é óbvio que essas cidades que crescem no sentido social e no sentido econômico também cresçam, e estão crescendo, no sentido cultural.

Festejo e faço questão de que fique registrado nos Anais da Casa o aparecimento do semanário **O Estado do Tocantins**, fundado por um festejado jornalista goiano, Otávio Barros, no extremo-norte de Goiás, numa cidade dinâmica, cidade que cresce assustadoramente e cujo jornal é fruto desta dinâmica, e bem assim congratular-me com o jornalista Cêlio do Espírito Santo, que também começou, na semana passada, a editar o jornal **Voz de Colinas**, cidade situada no médio-norte do Estado, à margem da Belém—Brasília, e cujo jornal representa e retrata, sem dúvida nenhuma, a dinâmica daquela cidade como, de resto, a dinâmica da região que cresce acentuadamente, que se desenvolve rapidamente, buscando, como todos e como toda região, um Brasil melhor e um Brasil mais desenvolvido.

Muito obrigado a V. Exª. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lázaro Barboza. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Tem a palavra o nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista (Sergipe) — Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — S. Exª desiste de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) — (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cumpro o dever de incluir nos Anais da Casa a carta que acabo de receber do Vereador Jomar Pereira Dias, Líder da Bancada do MDB no Município de Mangaratiba, sugerindo medidas em favor daquela Comuna, e que merecerão por certo, atenção dos Poderes Públicos.

A carta é a seguinte, em sua íntegra:

“Prezado Senador,

Sirvo-me da presente dirigir a V. Exª apelos de grande interesse do povo de Santa Maria Madalena, os quais passo a enumerar:

1º — A conclusão da abertura da Estrada Estadual que liga nosso Município ao Município de Cordeiro, até a localidade do Macuco, cuja obra teve início no ano passado, com promessas do ex-Governador Raymundo Padilha, em asfaltamento, e paralisada recentemente, causando sérios transtornos à nossa Cidade, pois como se encontra, vem se tornando intransitável.

2º — A Justiça local não dispõe de um FORUM, sendo o nosso Município do Interior do Estado o único a não possuir o prédio. Vários apelos já fizemos às autoridades Governamentais, mas sempre esquecido. A Justiça vem funcionando em prédio particular que não oferece nenhuma garantia.

3º — A Prefeitura Municipal construiu o Hospital Municipal Basileu Estrela, porém o mesmo está prestes a fechar,

unicamente por falta de Convênio com o INPS e FUNRURAL, e também a omissão de autoridades junto as quais temos manifestado nossos esforços.

4º — A necessidade de reforma da rede de Energia Elétrica, pertencente a Centrais Elétrica Fluminense (CELFL), pois a falta de energia em nosso Município torna-se constantemente, causando sérios prejuízos à população Madalenense.

Santa Maria Madalena é dotada de um clima extraordinário, classificando-se o 3º do Brasil e 6º do Mundo, possuindo tudo para ser tornar umas das belas cidades turísticas do Brasil, só faltando mesmo o interesse das autoridades para que chegue aqui a tão sonhada estrada.

Contando com a valiosa colaboração de V. Exª, que irá na certa compreender os nossos apelos, no sentido de que nossa Cidade seja no Senado lembrada e com muito orgulho partido de V. Exª, para que o povo Madalenense possua tão nobre porta-voz.

Aproveito da oportunidade para reiterar os nossos protestos de estima e elevada consideração. Atenciosamente, **Jomar Pereira Dias**, Vereador — MDB — Líder da Bancada.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Sr. Jonas de Oliveira, tendo em vista as inúmeras reivindicações dos trabalhadores aeroviários brasileiros, convocou uma reunião intersindical da classe, no mês de maio, no Rio de Janeiro, com o apoio da Federação a que são filiados.

Nesta reunião, Sr. Presidente, foram enfocados vários temas que permitirão aos associados a apresentação de subsídios necessários ao equacionamento do memorial a ser submetido, em seguida, aos líderes reunidos, como peça acessória ao trabalho que será entregue aos empregadores, solicitando as suas reivindicações, de interesse da categoria profissional.

Estas reivindicações, a princípio, versam sobre a possibilidade da concessão de um aumento salarial, com base no reajustamento do fluxo da elevação do custo de vida, de um adicional por tempo de serviço, sob a forma de triênios, e a criação de um quadro de carreira, para técnicos, pelas empresas de aviação comercial.

Nada mais justo, Sr. Presidente, tais pretensões. O último aumento salarial dos aeroviários deu-se em dezembro do ano passado e esse aumento já foi totalmente absorvido pela elevação do custo de vida.

Quanto ao adicional por tempo de serviço, é quase que uma obrigação das empresas, uma vez que a maioria delas já o concedem. Constitui, por assim dizer, numa espécie de estímulo ao trabalhador que sente e participa, durante vários anos, do crescimento da empresa, merecendo a confiança de seus empregadores. Nada mais justo que o pagamento deste adicional que servirá, inclusive, para estabelecer salários diferentes para trabalhador mais antigo. O que não é justo é ver um aeroviário antigo, com vários anos de serviço, ganhando um mesmo salário que um aeroviário iniciante.

O aspecto da criação de um quadro de carreira para técnicos revela um desejo da classe em querer melhorar, racionalizar os serviços cujas deficiências já estão sentindo. Medida, aliás, que merece aplausos e não recusa.

Quero, da Tribuna do Senado, manifestar meu integral apoio a essa laboriosa classe dos aeroviários, fazendo votos que, da reunião aqui mencionada, sejam aprovadas, tanto pelos líderes sindicais reunidos, como pelos empregadores, todas as reivindicações já especificadas, porque traduzem justiça a favor destes operosos trabalhadores que engrandecem o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos.

O nobre Senador Alexandre Costa enviou à Mesa requerimento cuja apresentação, na forma do disposto no art. 259, III, alínea a, nº 4, do Regimento Interno, deve ser feito na Hora do Expediente. A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Lembro aos nobres Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 3, de 1975-CN.

Lembro, ainda, antes de designar a Ordem do Dia da sessão ordinária de sexta-feira, dia 6 de julho, que amanhã, às 15 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional se reunirá, solenemente, para receber S. Ex.^a o Sr. Presidente da República Socialista da Romênia.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, designando para a próxima sessão ordinária de sexta-feira, dia 6, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 144, de 1975, do Senhor Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1972, de sua autoria, que fixa em 6 horas o período de trabalho diário dos operadores em eletricidade e dá outras providências.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 145, de 1975, do Senhor Senador José Sarney, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1974, de sua autoria, que cria o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral e dá outras providências.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 150, de 1975, do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1972, de sua autoria, que obriga as emissoras de televisão e rádio a promover programas de debates sobre problemas nacionais, estaduais ou municipais, destinados à educação política da população.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 191, de 1975, do Senhor Senador Dinarte Mariz, solicitando a transcrição, nos Anais

do Senado Federal, do Editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 4 de maio de 1975, intitulado "O Brasil e a Luta Contra a Opressão", de autoria de Mário Busch.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 213, de 1975, do Senhor Senador Cattete Pinheiro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do Editorial do *Correio Braziliense*, de 27 de maio de 1975, sob o título "Bela Única, até quando?"

— 6 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1974, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, que trata igualmente os aposentados antes e depois da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECER, sob nº 684, de 1974, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

ATA DA 59ª SESSÃO, REALIZADA EM 2-6-75 (Publicada no DCN — Seção II — de 3-6-75)

RETIFICAÇÃO

No anexo ao Parecer nº 133, de 1975, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Resolução nº 2, de 1975, que dá nova redação ao *caput* do art. 93 do Regimento Interno:

Na página 2.257, 1ª coluna, no Anexo ao Parecer,

Onde se lê:

Art. 1º O *caput* do art. 93 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. Dentro de 5 (cinco) dias, a contar da sua composição, cada Comissão Permanente ou Especial, exceto a Diretoria e as Mistas, ...

Leia-se:

Art. 1º O *caput* do art. 93 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. Dentro de 5 (cinco) dias, a contar da sua composição, cada Comissão Permanente ou Especial, exceto a Diretoria e as Mistas, ...

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MAIO DE 1975.

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
- Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1975 (CN), que "dá nova redação ao artigo 36, da Constituição".	PRES: Deputado JAIRO BRUM VICE: Senador RUY SANTOS RELATOR: Deputado PARENTE FROTA	Até dia 09/05/75	Relatada em 07/05/75 parecer pela rejeição. Aprovado.
Mensagem nº 36, de 1975 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.400, de 22 de abril de 1975, que "fixa os valores de salários do Grupo-Segurança e Informações, Código SI-1400, e dá outras providências".	PRES: Deputado IVAIR GARCIA VICE: Deputado FERNANDO COELHO RELATOR: Senador VIRGILIO TÁVORA	Até dia 19/05/75	Relatada em 18/05/75 parecer favorável nos termos do Projeto de Decreto legislativo g. apresentado. Aprovado.
- Mensagem nº 36, de 1975 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.399, de 10 de abril de 1975, que "dispõe sobre a prorrogação do prazo previsto no artigo 2º do Decreto-lei nº 1.370, de 09 de dezembro de 1974".	PRES: Senador SALDANHA DERZI VICE: Deputado GERALDO BULHÕES RELATOR: Senador DANTON JOBIM	Até dia 19/05/75	Relatada em 18/05/75 parecer favorável nos termos do Projeto de Decreto legislativo g. apresentado. Aprovado.
- Projeto de Lei nº 03, de 1975 (CN), que "altera dispositivos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos".	PRES: Senador PAULO BROSSARD VICE: Deputado MOACYR DALLA RELATOR: Senador ITALVIO COELHO	Até dia 19/05/75	Relatada em 22/05/75 com parecer favorável nos termos do Substitu- tivo apresentado. Aprovado.

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MAIO DE 1975.

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
- Proposta de Emenda à Constituição nº 09, de 1975 (CN), que "imprime nova redação aos artigos 101, 102, itens I e II; 103, adita parágrafo ao artigo 153; e modifica o texto do item XIX, do artigo 165, para reduzir o limite de idade para efeito de aposentadoria, e estabelecer a intercomunicabilidade entre os tempos de serviços prestados no setor público e no privado".	PRES: Senador BENJAMIM FARAH VICE: Deputado Maria Lima RELATOR: Senador Lenoir Vargas	Até dia 30/05/75	Instalada em 05/05/75. Relatada em 28/05/75. Parecer pela rejeição da proposta. Aprovado.
- Proposta de EMENDA À CONSTITUIÇÃO nºs 8 e 9, de 1975 (CN), que "dá nova redação ao artigo 25 "caput" da Constituição da República Federativa do Brasil".	PRES: Senador GILVAN ROCHA VICE: Senador SALDANHA DERZI RELATOR: Deputado ROGERIO REGO	Até dia 04/06/75	Instalada em 07/05/75. Relatada em 28/05/75. Parecer favorável às pro- posta 8 e 10, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada. aprovado.
- Projeto de Lei nº 01, de 1975 (CN), que "Estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 1.147, de 29 de novembro de 1974".	PRES: Senador FRANCO MONTORO VICE: Senador HENRIQUE DE LA ROCQUE RELATOR: Deputado NELSON MARCHEZAN	Até dia 01/06/75	Instalada em 14/05/75 Relatório apresentado em 28/05/75. Aprovado.
- Projeto de Lei COMPLEMENTAR nº 004, de 1975 (CN), que "Estabelece critério e limites para fixação da remuneração de vereadores".	PRES: Senador ITAMAR BRANCO VICE: Senador SALDANHA DERZI RELATOR: Deputado RAYMUNDO MARIZ	Até dia 04/06/75	Instalada em 16/05/75.

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MAIO DE 1975.

NÚMERO E EMENDA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
"Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS, dispõe sobre a extinção do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis - DNPVN e dá outras providências".	PRES: Deputado HÉLIO DE ALMEIDA VICE: Deputado MARCELO LINHARES RELATOR: Senador VIGÍLIO TAVORA	Até dia 08/06/75	Instalada em 20/05/75.
- Mensagem nº 041, de 1975 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.401, de 07 de maio de 1975, que "dispõe sobre a isenção do imposto de renda das sociedades de investimento de cujo capital social participem pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior, regula o regime fiscal dos rendimentos de aplicações em ações dessas sociedades e dá outras providências".	PRES: Deputado TANCREDO NEVES VICE: Senador LOURIVAL BAPTISTA RELATOR: Deputado: DYRNO PIRES	Até dia 09/06/75	Instalada em 20/05/75.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

COMISSÕES INSTALADAS.....	06
REUNIÕES REALIZADAS.....	15
MEMBROS DAS COMISSÕES.....	330
PARECERES PROFERIDOS.....	07
AVISOS ENCAMINHADOS AOS SENHORES MEMBROS DAS COMISSÕES, E OUTROS....	1580
ATAS PUBLICADAS.....	07
EMENDAS RECEBIDAS.....	83

Senado Federal, em 31 de maio de 1975.

MARCUS VINICIUS G. GONZAGA

- Chefe de Serviço -

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e relatório sobre a Mensagem nº 43, de 1975 (CN), pela qual o Senhor Presidente da República comunica ao Congresso Nacional o seu Veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1974, que "Modifica o artigo 130, do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores)".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1975

Às quinze horas do dia vinte e oito do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e cinco, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Sarney e Nelson Carneiro e os Senhores Deputados João Linhares e Cleverton Teixeira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e relatório sobre a Mensagem nº 43, de 1975 (CN), pela qual o Senhor Presidente da República comunica ao Congresso Nacional o seu Veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1974, que "Modifica o artigo 130, do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores)".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Accioly Filho e Deputado José Bonifácio Neto.

Em cumprimento ao que determina o § 2º, do artigo 10 do Regimento Comum, assume a Presidência, interinamente, o Senhor Senador Nelson Carneiro que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para a escolha do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, designando o Senhor Deputado João Linhares como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador José Sarney	3 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Nelson Carneiro	3 votos
Em branco	1 voto

Assumindo a Presidência o Senhor Senador José Sarney agradece a honra com que foi distinguido e designa o Senhor Deputado Cleverton Teixeira para apresentar relatório sobre a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Washington Chaves, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros da Comissão e vai à publicação.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:
Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carreira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Orestes Quêrcia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Vasconcelos Torres	1. Altevair Leal
2. Paulo Guerra	2. Otair Becker
3. Benedito Ferreira	3. Renato Franco
4. Itálvio Coelho	
5. Mendes Canale	

	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Orestes Quêrcia	2. Amaral Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Cattete Pinheiro	1. Saldanha Derzi
2. José Guimard	2. José Sarney
3. Teotônio Vilela	3. Renato Franco
4. Osires Teixeira	
5. José Esteves	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Accioly Filho
Vice-Presidente: Gustavo Capanema

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. José Sarney	2. Henrique de La Rocque
3. José Lindoso	3. Petrônio Portella
4. Helvídio Nunes	4. Renato Franco
5. Itálvio Coelho	5. Osires Teixeira
6. Eurico Rezende	
7. Gustavo Capanema	
8. Heitor Dias	
9. Orlando Zancaner	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Mauro Benevides
3. Nelson Carneiro	
4. Paulo Brossard	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares**Suplentes**
ARENA

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Wilson Campos
5. Virgílio Távora

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**Suplentes**
ARENA

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Wilson Campos
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quércia
3. Roberto Saturnino

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes
1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares**Suplentes**
ARENA

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares**Suplentes**
ARENA

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Daniel Krieger
2. Wilson Campos
3. José Guimard
4. José Sarney
5. Heitor Dias
6. Cattete Pinheiro
7. Osires Teixeira

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

ARENA**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro
1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

ARENA**Suplentes**

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco
1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Orlando Zancaner,

ARENA**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quêrcia
1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Luiz Viana

Titulares

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

ARENA**Suplentes**

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides
1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperdt — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevair Leal

ARENA**Suplentes**

1. Saldanha Derzi
2. Wilson Campos
3. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha
1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

ARENA
Suplentes

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:30 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

Titulares

1. Augusto Franco
2. Orlando Zancaner
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

ARENA
Suplentes

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 Membros)

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

ARENA
Suplentes

1. Orlando Zancaner
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
Comissões Temporárias

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.
Local: Anexo II — Térreo.
Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
 - 3) Comissões Especiais e de Inquéritos, e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões: José Washington Chaves — Ramal 762;
Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1975

HORAS	TERÇA	SALA	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALA	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA	10:00	C.E.C.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	CLEIDE
10:00	C.C.J.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.F.	RYT BARBOSA Ramal - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
10:30	C.R.E.	RYT BARBOSA Ramal - 621 e 716	CÂNDIDO	10:30	C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
11:00	O.R.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	MARIA CARMELO	11:00	C.L.S.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	CLÁUDIO LACERDA
11:30	C.D.F.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO	11:30	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
	C.S.N.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	LEDA		C.T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CÂNDIDO

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

FUNDOS ESPECIAIS

FUNDO GRÁFICO

PLANO DE APLICAÇÃO

	Cr\$
3.1.1.1-02	1.790.936,49
3.1.3.2	200.000,00
3.1.5.0	172.940,51
3.2.5.0	629.063,51
TOTAL	2.792.940,51

Brasília, 20 de março de 1975

JOHN FIELDING ASPIN

Contador

A Subsecretaria Financeira do Senado Federal faz publicar a aplicação da verba proveniente de receita industrial do exercício anterior e que constitui o FUNCEGRAF, de acordo com o Ato nº 13 da Comissão Diretora do Senado Federal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50